

2018

Prestação de Contas



ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	3
1.1 Identificação.....	3
1.2 Órgãos Sociais.....	4
1.3 Organograma.....	5
1.4 Sumário do Exercício.....	6
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	8
2.1 Conjuntura Nacional	8
2.2 Conjuntura Região Autónoma dos Açores.....	10
3. ÁREAS DE NEGÓCIO	10
3.1 Abastecimento de Água.....	10
3.2 Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos	18
4. CLIENTES	22
4.1 Caracterização.....	22
4.2 Evolução	23
5. INVESTIMENTOS	24
6. RECURSOS HUMANOS	24
7. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA	26
7.1 Análise Económica	26
7.2 Rendimentos.....	27
7.3 Gastos	29
7.4 Indicadores Financeiros.....	31
7.5 Evolução Previsível.....	31
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	31
9. NOTAS FINAIS	32
10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	33

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

1.1 Identificação

Nordeste Ativo E.M., S.A

Sede Social

Rua Dr. Manuel João da Silveira nº 1-A

9630-142 Nordeste

Pessoa Coletiva

NPC 512088357

Capital Social

50.000,00€

Estrutura Acionista

Câmara Municipal de Nordeste – 100%

Objeto

A gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água para consumo público, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes, a recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos, a higiene pública no concelho do Nordeste; A promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura, desporto, turismo e atividades recreativas. Em complemento das atividades previstas nos números anteriores, poderá esta Empresa Municipal exercer diretamente ou em colaboração com terceiros atividades acessórias ou subsidiárias da exploração e gestão, bem como outros ramos de atividade conexos, incluindo a prestação de serviços, que não prejudiquem a prossecução do seu objeto e que tenham em vista a melhor utilização dos seus recursos disponíveis.



1.2 Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:

Dinis Alberto Pereira Miranda

Secretário:

Fernando Pacheco Arruda

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

António Miguel Borges Soares

Vogais:

Natália da Conceição Rego Borges

João de Deus Andrade de Sousa

CONSELHO FISCAL

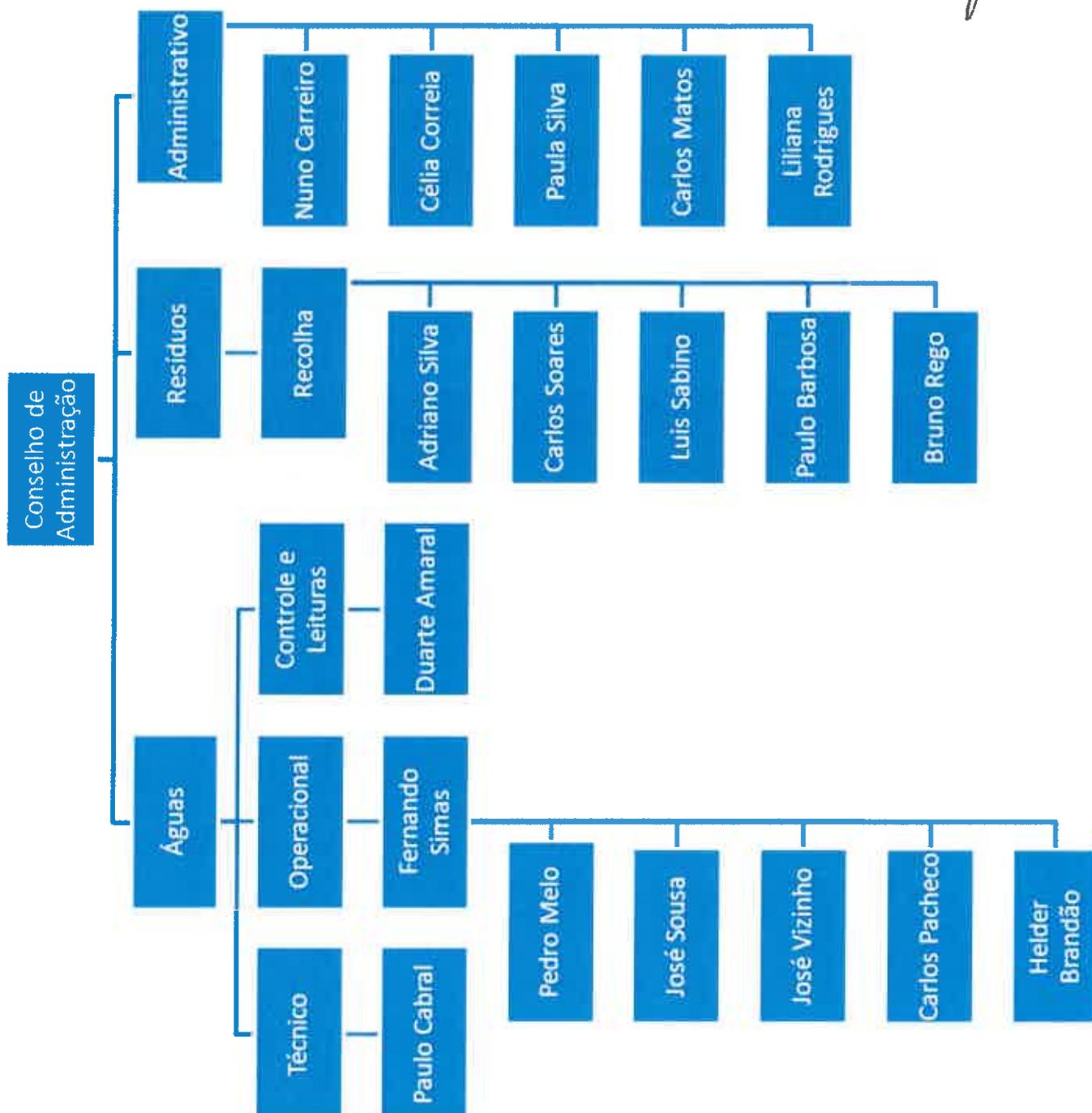
Fiscal único:

Duarte Giesta – SROC, Unipessoal, Lda. – representada por Duarte Félix Tavares Giesta

Fiscal suplente:

Leopoldo Alves & Associados – SROC – representada por Leopoldo de Assunção Alves

1.3 Organograma



M. Borges

[Handwritten signatures]

1.4 Sumário do Exercício

A Nordeste Ativo E.M., S.A. é uma empresa local, de gestão de serviços de interesse geral, de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e independência orçamental.

A missão da Nordeste Ativo E.M., S.A. é satisfazer as necessidades de abastecimento de água e de recolha de águas residuais e resíduos sólidos urbanos da população do Município de Nordeste, num quadro de sustentabilidade económica, financeira e técnica. A visão que a empresa tem, pauta-se pela prestação de um serviço público de qualidade, orientado por princípios de eficácia de gestão, recorrendo às melhores práticas de gestão para garantir um desenvolvimento sustentável, nas suas vertentes social, ambiental e económica.

O serviço de abastecimento de água para consumo humano no concelho de Nordeste abastece a totalidade da população, com elevados parâmetros de qualidade.

O serviço de saneamento de águas residuais domésticas abrange apenas uma parte de população, motivo pela qual é atualmente gratuito para a população em geral. No entanto está no plano de investimentos da empresa o alargamento da rede de saneamento a todo o concelho, bem como a construção de estações de tratamento.

O serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos abrange a totalidade da população do concelho e é orientado para uma estratégia de separação e reciclagem dos resíduos. Para tal a Nordeste Ativo E.M., S.A. foi pioneira na recolha diferenciada de resíduos porta a porta com o objetivo de alcançar níveis elevados de reciclagem.

Em relação ao sistema de abastecimento de água, no ano de 2018 foram consumidos 384.676m³ de água. Comparando com 2017, verificou-se um aumento de 11.525m³, ou seja, de 3%. Este aumento justifica-se com aumento do fluxo turístico que se tem verificado nos últimos anos e principalmente pelo facto do ano de 2018 ter sido um ano particularmente seco, com baixos níveis de precipitação, o que levou a um maior consumo de água por parte da população para regadios e pecuária.

A baixa precipitação teve também repercussões a nível dos custos da empresa, sendo necessário recorrer ao furo de captação de água de Santo António Nordestinho e ao transporte de água através de camiões cisterna para os reservatórios onde a água era escassa. Esta falta de água levou,

Wagner A.

RA
SA
SA
SA

inclusivamente, a que a empresa tivesse que tomar a medida de promover junto da população a racionalização do consumo de água.

A água distribuída pela empresa apresentou elevados padrões de qualidade, tendo-se atingido uma percentagem de 99,52% de análises dentro dos valores paramétricos legalmente estabelecidos.

A nível da recolha de resíduos, a salientar a evolução positiva do aumento da quantidade recolhida de resíduos recicláveis em detrimento dos resíduos indiferenciados. Esta evolução representa que a população tem aderido cada vez mais à separação dos resíduos.

Relativamente às atividades de carácter desportivo, recreativo e turístico, tem sido estratégia da empresa a redução destas atividades devido à sua fraca representatividade na faturação da empresa, tendo inclusivamente um impacto negativo nas contas. Desta forma a empresa tem vindo a desinvestir nestas atividades para se concentrar nas atividades mais importantes para a empresa, como seja, o abastecimento de água, o saneamento e a recolha de resíduos urbanos. Como tal, no ano de 2018 a empresa não participou na promoção de qualquer evento desportivo ou recreativo e foi rescindido o contrato para a exploração turística da Hospedaria São Jorge.

No final de 2016, terminou o contrato-programa destinado a subsidiar o investimento e exploração da rede de captação e distribuição de água para consumo público bem como a rede de recolha, tratamento e rejeição de efluentes que representava um encaixe financeiro anual para a empresa de 182.668,69€. Sem o subsídio do contrato programa, a atividade da empresa é deficitária, uma vez que os preços cobrados aos consumidores não permitem cobrir os custos operacionais da empresa e cumprir com o plano de investimentos.

Para suprir a falta do contrato programa e cumprir com a recomendação da ERSARA, de que os preços praticados pela empresa devem assegurar a sustentabilidade económica e financeira dos serviços em questão, foi submetido a aprovação da Câmara, em dezembro de 2017, uma proposta de tarifário que cumpria com esta premissa. A proposta tarifária foi rejeitada atendendo a situação económica das famílias e a conjuntura económica do concelho. No entanto, ficou deliberado a disponibilidade da Câmara para financiar a Nordeste Ativo E.M.,S.A. através da formalização de um novo contrato programa para os serviços de interesse geral, devidamente consubstanciado em parâmetros de eficiência e eficácia, cumprindo aliás o estabelecido no artigo 47º da Lei 50/2012. A formalização deste contrato está prevista para 2019, depois de aprovado o contrato de gestão delegada.

Também a nível do tarifário foram introduzidas, em maio de 2018, diversas alterações na estrutura tarifária da empresa de forma a cumprir com a recomendação tarifária nº 1/2015 da ERSARA. O cumprimento desta recomendação é obrigatório para as candidaturas ao programa operacional PO2020. Estas alterações tiveram impacto negativo na faturação da empresa por via da redução do valor médio faturado por m³, devido à redução de escalões e da diferenciação por tipo de consumidores, bem como uma drástica redução nos valores a cobrar pela execução de ramais e formalização dos contratos de abastecimento. Embora a faturação tenha aumentado em 2018 como consequência do aumento do consumo de água, tal aumento teria correspondido potencialmente a um ainda maior valor faturado, não fosse a alteração tarifária ocorrida em Maio de 2018.

A prática de preços abaixo do valor do custo imposta pelo Município sem que ocorresse a respetiva compensação através da subsídioção, a redução da faturação devido à alteração tarifária, a redução da faturação referente à deposição de resíduos, aliado ao aumento de custos causado pela falta de precipitação e a ocorrência elevada de custos não previstos com manutenções e reparações, provocaram que o resultado potencial antes de impostos se consubstanciasse em um valor negativo de -185.341,25€.

Para a obtenção de equilíbrio de contas, de acordo com o artigo 40º da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, foi contabilizado em 2018 a transferência financeira a realizar por parte do Município no valor de 185.341,25€ para a obtenção de um resultado nulo antes de impostos. Este valor foi contabilizado na rubrica subsídios à exploração e será concretizada a transferência em 2019, após aprovação pela Assembleia Municipal.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

2.1 Conjuntura Nacional

Ao longo dos próximos anos, a economia portuguesa deverá caracterizar-se por uma progressiva convergência do crescimento para o seu nível potencial.

Durante o período de recuperação iniciado em 2013, a economia portuguesa evidenciou traços que permitem atualmente perspetivar um crescimento mais sustentado da atividade. O investimento privado produtivo cresceu a um ritmo

M. Borges

muito superior ao da atividade, mas, simultaneamente potenciou a redução dos níveis de endividamento das empresas não financeiras, desenvolvimentos que se perspectiva se mantenham no horizonte temporal dos próximos 2 a 3 anos. O grau de abertura da economia aumentou significativamente, beneficiando do comportamento das exportações, com destaque para o aumento da relevância do turismo. Esta alteração estrutural da economia potenciou a exposição da economia aos desenvolvimentos internacionais, em particular da área do euro. De facto, parte da desaceleração da atividade projetada para Portugal resulta da evolução esperada das exportações, num contexto de maturação do ciclo económico também na área do euro e nas economias avançadas em geral, acompanhada por uma progressiva redução dos estímulos de política monetária. A elevada sincronia cíclica entre Portugal e a área do euro deverá persistir entre 2019-2021, traduzindo progressos ligeiros do processo de convergência do crescimento *per capita* da economia portuguesa.

Neste quadro, alguns dos principais desafios da economia portuguesa para os próximos anos são também os desafios da área do euro e da União Europeia. O aprofundamento da União Económica e Monetária, em particular de mecanismos que permitam uma coordenação macroeconómica mais eficaz, uma partilha eficiente do risco e maior resiliência a choques desfavoráveis é essencial para garantir a estabilidade macroeconómica e as condições para o crescimento económico no futuro.

A economia portuguesa continua ainda a enfrentar constrangimentos específicos ao crescimento no médio-longo prazo. Apesar dos progressos realizados nos últimos anos ao nível do funcionamento dos mercados e da redução do endividamento dos diversos setores da economia, estes fatores deverão continuar a condicionar a evolução do investimento e, como tal, do capital enquanto fator de crescimento económico e da produtividade. O processo de redirecionamento dos recursos para setores mais expostos à concorrência internacional, por natureza mais permeáveis à inovação, deverá prosseguir, potenciando efeitos de composição favoráveis à evolução da produtividade total dos fatores. Finalmente, o envelhecimento da população cria limitações ao contributo do fator trabalho para o crescimento, apesar de a

evolução dos fluxos migratórios poder vir a compensar esta dinâmica negativa. Neste quadro, a aposta no capital humano afigura-se essencial para promover o crescimento no longo prazo.

2.2 Conjuntura Região Autónoma dos Açores

No que diz respeito á Região Autónoma dos Açores, apesar da aposta forte nos últimos anos no Turismo, que permitiu compensar a quebra verificada no sector agropecuário, o facto é que a Região continua a depender fortemente das transferências financeiras externas, do orçamento de estado e da União Europeia, evidenciando uma dependência tal, que já se tornou estrutural, o que num cenário futuro de restrições ao nível das transferências externas, os impactos na economia e no emprego, serão altamente negativos para os cidadãos e para toda a atividade económica.

Preocupante é a situação financeira no seu global de todo o Sector empresarial do Governo Regional dos Açores, conforme constantes alertas dos relatórios anuais do Tribunal de Contas

3. ÁREAS DE NEGÓCIO

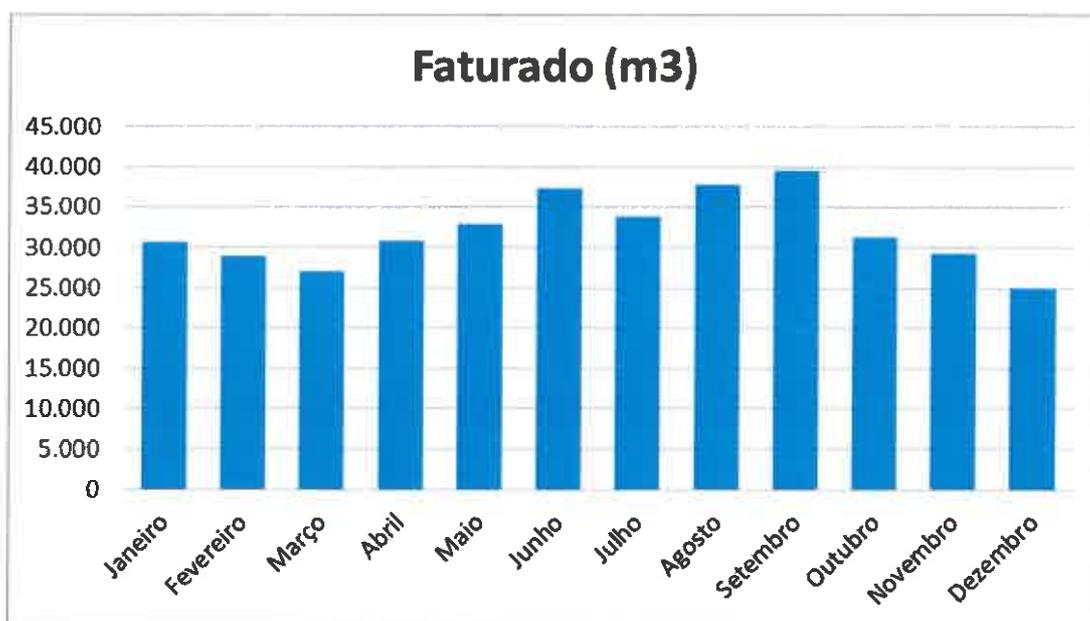
3.1 Abastecimento de Água

O abastecimento de água é um serviço essencial à qualidade de vida das populações. Por outro lado, a escassez deste recurso exige um desempenho eficiente, visando a sua preservação e o acesso universal a preços acessíveis e sustentáveis.

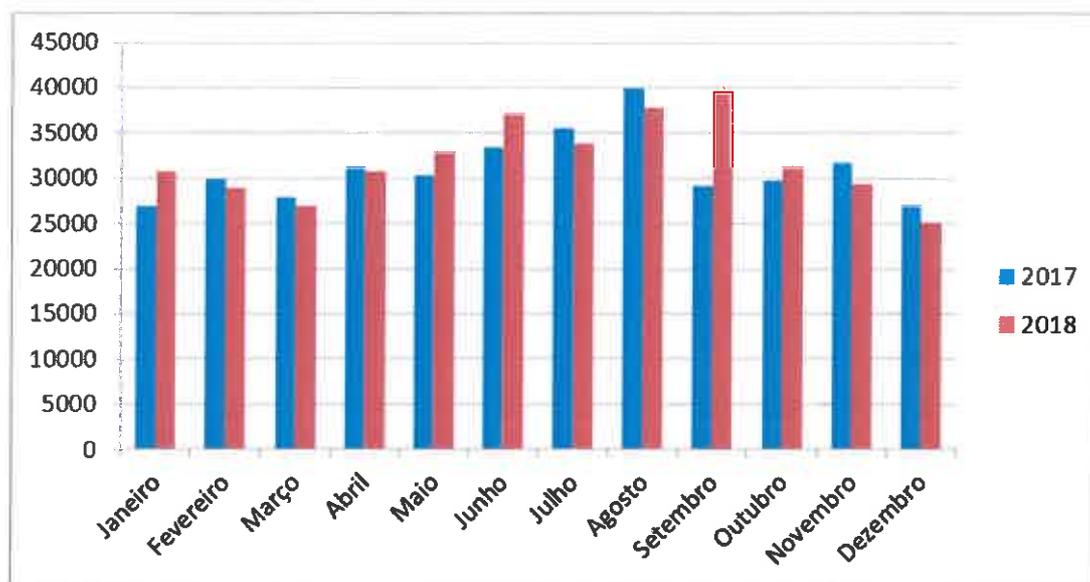
M. Borges
RA
D
A
P

Valores de faturação por mês

Mês	Faturado (m3)	Lido (m3)	Valor faturado (€)
Janeiro	30.727	30.222	44.742,60 €
Fevereiro	28.953	28.647	42.714,12 €
Março	26.999	26.754	41.624,55 €
Abril	30.800	30.483	45.708,95 €
Maio	32.965	32.517	51.192,02 €
Junho	37.312	36.923	56.622,85 €
Julho	33.893	33.353	49.665,54 €
Agosto	37.762	33.401	55.849,39 €
Setembro	39.628	39.244	52.755,53 €
Outubro	31.312	30.946	48.698,01 €
Novembro	29.289	28.842	47.540,98 €
Dezembro	25.036	24.813	39.269,79 €
TOTAL	384.676	376.145	576.384,33 €



Comparativo 2017/2018



A falta de precipitação que se fez sentir no final do verão, nomeadamente no mês de setembro, foi responsável por uma grande aumento do consumo verificado naquele mês.

Evolução do consumo de água verificado nos últimos 5 anos

Comparativo 2014/2015/2016/2017/2018

Mês	2014	2015	Variação 2014/2015	2016	Variação 2015/2016	2017	Variação 2016/2017	2018	Variação 2017/2018
Janeiro	30 142	30 788	2,14%	29 348	-4,68%	26 953	-8,16%	30 727	14,00%
Fevereiro	27 004	26 751	-0,94%	26 375	-1,41%	29 916	13,43%	28 953	-3,22%
Março	26 682	30 437	14,07%	31 716	4,20%	27 933	-11,93%	26 999	-3,34%
Abril	28 470	30 473	7,04%	30 838	1,20%	31 292	1,47%	30 800	-1,57%
Maió	31 022	26 818	-13,55%	29 427	9,73%	30 335	3,09%	32 965	8,67%
Junho	34 037	30 866	-9,32%	32 763	6,15%	33 361	1,83%	37 312	11,84%
Julho	32 409	34 425	6,22%	33 544	-2,56%	35 610	6,16%	33 893	-4,82%
Agosto	32 273	31 334	-2,91%	38 520	22,93%	39 873	3,51%	37 762	-5,29%
Setembro	35 855	33 182	-7,46%	35 031	5,57%	29 166	-16,74%	39 628	35,87%
Outubro	33 925	30 630	-9,71%	28 580	-6,69%	29 784	4,21%	31 312	5,13%
Novembro	24 367	27 089	11,17%	30 474	12,50%	31 796	4,34%	29 289	-7,88%
Dezembro	27 768	30 089	8,36%	29 892	-0,65%	27 133	-9,23%	25 036	-7,73%
TOTAL	363 954	362 882	-0,29%	376 508	3,75%	373 152	-0,89%	384 676	3,09%

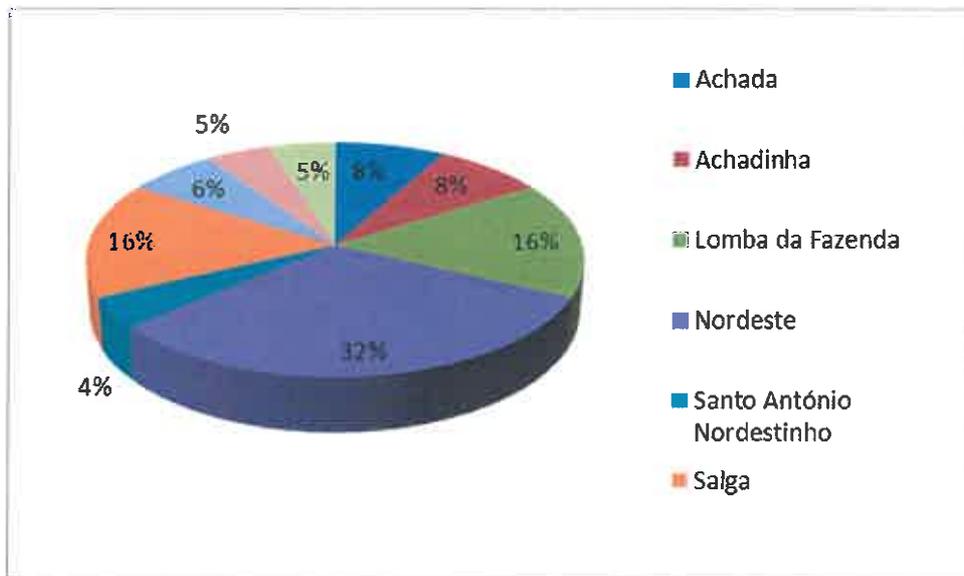
A. Borges

[Handwritten signatures]

Consumo de água por freguesia

Freguesia	Valor (€)
Achada	24.647,15 €
Achadinha	24.528,76 €
Lomba da Fazenda	49.100,36 €
Nordeste	97.048,17 €
Santo António Nordestinho	12.815,92 €
Salga	49.016,38 €
Santana	20.175,52 €
Algarvia	14.294,88 €
São Pedro Nordestinho	15.089,97 €

Peso relativo de cada freguesia no consumo de água



Evolução do consumo de água por freguesia nos últimos 5 anos

Freguesia	2014	2015	2016	2017	2018
Achada	24.461,71 €	25.369,71 €	26.597,81 €	25.542,09 €	24.647,15 €
Achadinha	26.157,41 €	25.942,85 €	26.979,27 €	25.266,70 €	24.528,76 €
Lomba da Fazenda	44.721,39 €	45.496,87 €	49.108,64 €	44.268,88 €	49.100,36 €
Nordeste	94.381,27 €	90.244,92 €	100.092,49 €	99.978,05 €	97.048,17 €
Santo António Nordestinho	11.806,42 €	13.175,47 €	13.464,78 €	13.124,22 €	12.815,92 €
Salga	53.381,68 €	56.451,00 €	58.457,58 €	57.095,53 €	49.016,38 €
Santana	22.972,13 €	24.268,60 €	22.606,12 €	21.868,78 €	20.175,52 €
Algarvia	12.297,25 €	13.943,62 €	13.262,40 €	11.429,60 €	14.294,88 €
São Pedro Nordestinho	12.991,92 €	12.787,06 €	16.513,78 €	13.363,10 €	15.089,97 €
TOTAL	303.171,18 €	307.680,10 €	327.082,87 €	311.936,95 €	306.717,11 €

Serviços associados ao consumo de água

Em simultâneo com o serviço de abastecimento de água, e associado a este, são faturados os seguintes serviços/taxas:

- A tarifa variável de abastecimento de água, anteriormente chamada de consumo de água, devida em função do volume de água fornecido durante o período objeto de faturação, sendo diferenciada de forma progressiva de acordo com escalões de consumo conforme os utilizadores, expressos em m³ de água por cada trinta dias
- A tarifa fixa de abastecimento de água, anteriormente chamada de tarifa de disponibilidade, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação, do diâmetro do caudal e da tipologia dos utilizadores, sendo expressa em euros por cada trinta dias;
- A taxa de controlo da qualidade da água é uma receita da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores - ERSARA e é definida pelo Decreto Legislativo Regional nº 8/2010/A de 5 de março;
- O custo administrativo do aviso de interrupção é devido quando ocorre atraso no pagamento da fatura de água originando o envio do respetivo aviso de interrupção;
- A tarifa fixa de gestão de resíduos sólidos urbanos, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada trinta dias;
- A tarifa variável de gestão de resíduos sólidos urbanos, anteriormente chamada de tarifa de resíduos sólidos, devida em função quantidade consumida de água.

A alteração da nomenclatura de alguns destes serviços foi efetuada no mês de maio de 2018, com a entrada em vigor do novo tarifário que segue os preceitos da recomendação tarifária nº 1/2015 da ERSARA.

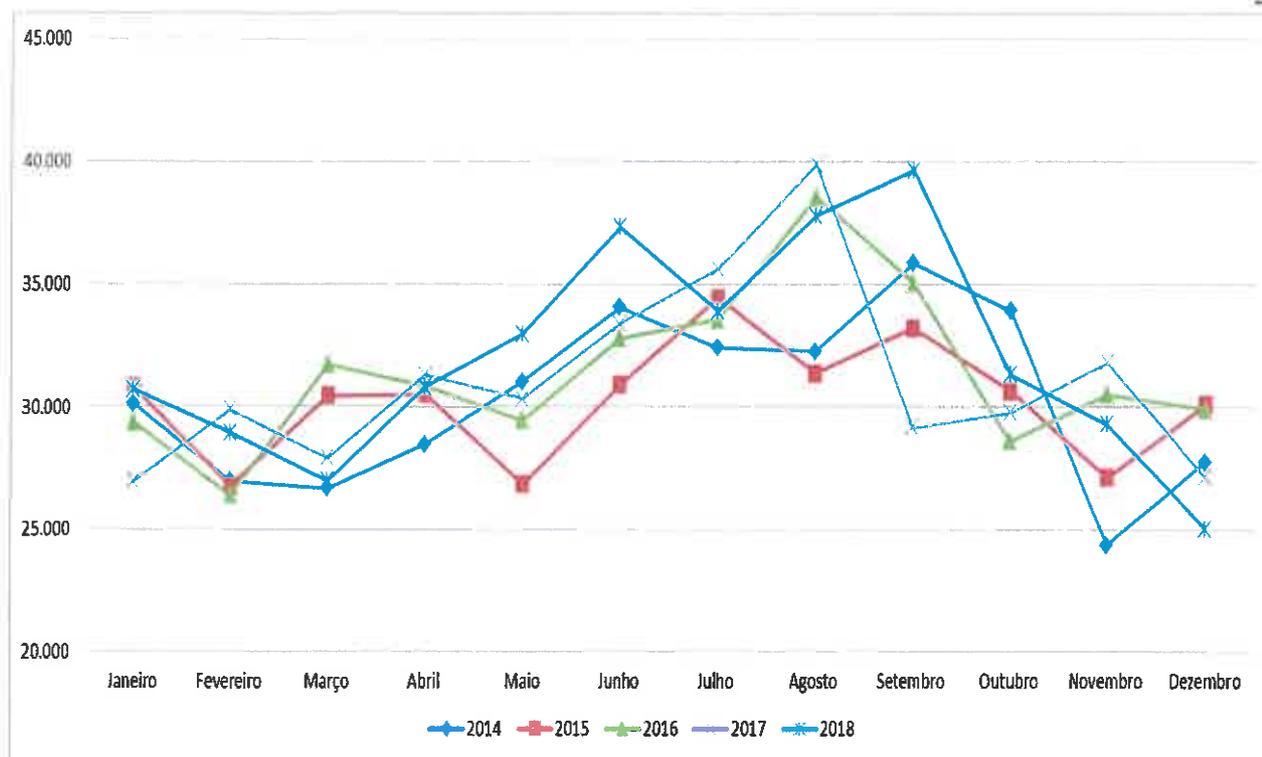
Valores totais gerais por processamento em 2018

Rúbrica	Valor
Tarifa variável - Água	306.717,11 €
Custo administrativo do aviso de interrupção	3.765,60 €
Tarifa fixa - Água	116.742,22 €
Tarifa fixa - Resíduos Sólidos Urbanos	61.040,34 €
Tarifa variável - Resíduos Sólidos Urbanos	59.608,13 €
Taxa Controlo de Qualidade da Água	6.145,42 €
TOTAL	554.018,82 €

At. Borges

RH
SP
SA
J

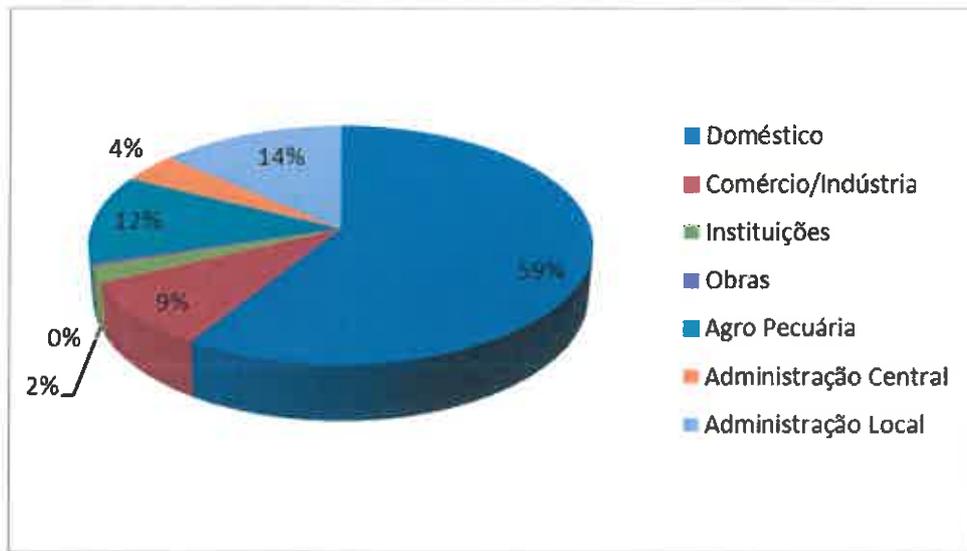
Evolução do consumo de água nos últimos 5 anos



Consumo de água por tipo de consumidor

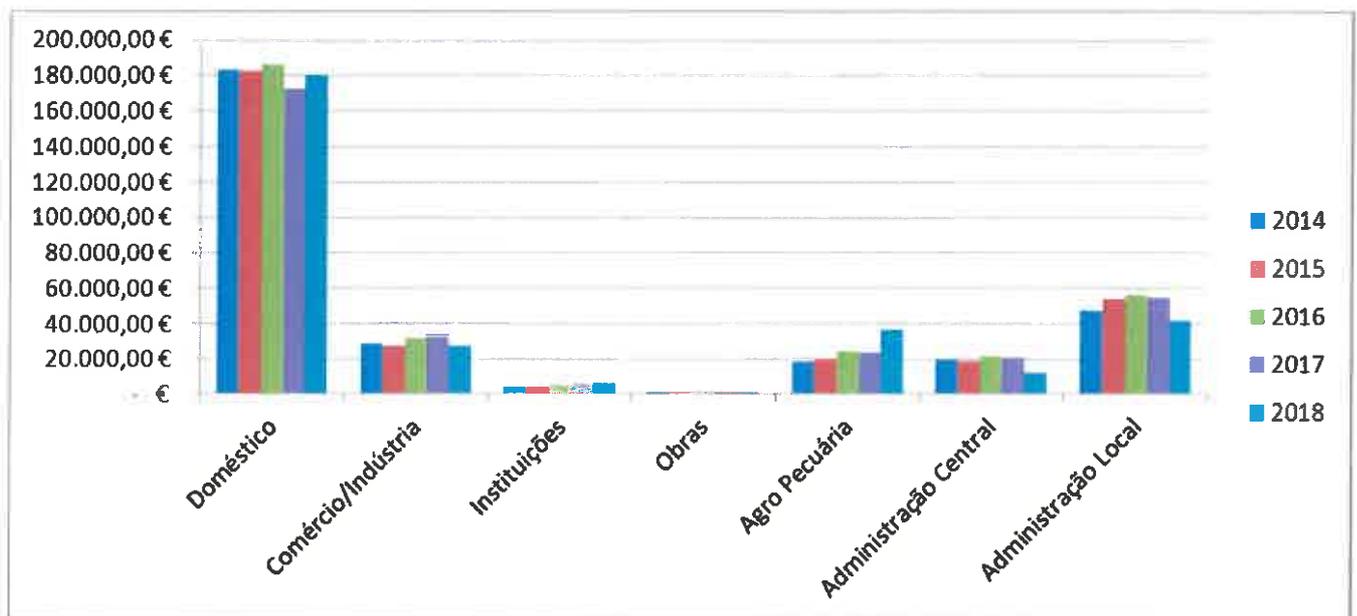
Tipo	Valor (€)
Doméstico	180.459,88 €
Comércio/Indústria	27.596,32 €
Instituições	6.575,36 €
Obras	1.499,51 €
Agro Pecuária	36.880,71 €
Administração Central	12.253,25 €
Administração Local	41.452,08 €
TOTAL	306.717,11 €

Peso relativo de cada tipo de consumidor



Evolução dos últimos 5 anos

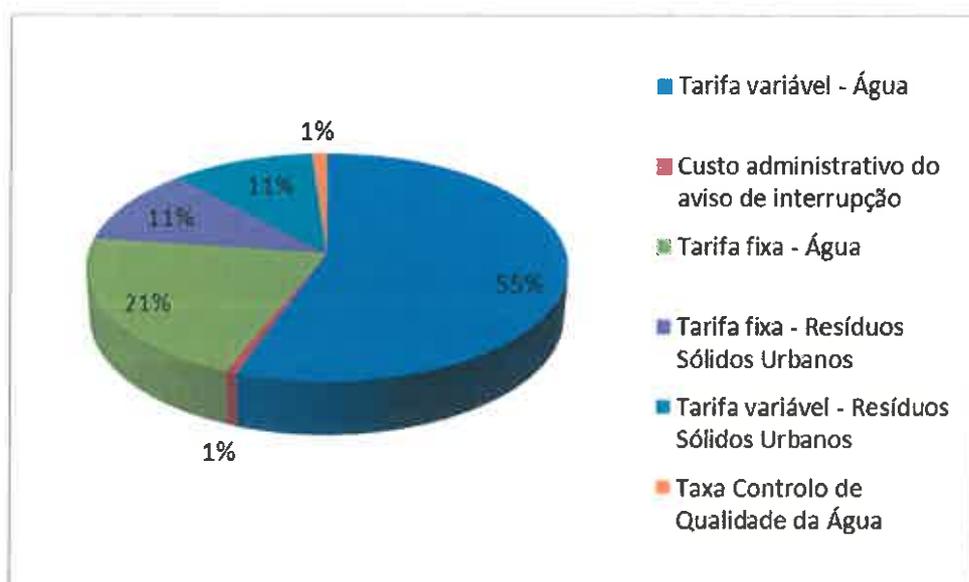
Tipo	2014	2015	2016	2017	2018
Doméstico	183.687,88 €	182.606,83 €	186.147,02 €	172.412,49 €	180.459,88 €
Comércio/Indústria	28.492,10 €	26.995,50 €	31.906,12 €	33.728,17 €	27.596,32 €
Instituições	4.603,50 €	4.597,30 €	5.021,12 €	5.420,66 €	6.575,36 €
Obras	1.164,86 €	1.282,65 €	1.374,39 €	1.068,42 €	1.499,51 €
Agro Pecuária	18.398,89 €	19.810,65 €	24.497,66 €	23.557,21 €	36.880,71 €
Administração Central	19.108,80 €	18.544,32 €	21.699,77 €	20.963,51 €	12.253,25 €
Administração Local	47.715,15 €	53.842,85 €	56.436,61 €	54.786,49 €	41.452,08 €
TOTAL	303.171,18 €	307.680,10 €	327.082,69 €	311.936,95 €	306.717,11 €



Al-
Borges

(Handwritten signatures and initials)

Peso relativo de cada rúbrica



Serviços Auxiliares

Estes serviços são prestados pela empresa, com carácter conexo com os serviços de águas ou resíduos, mas que pela sua natureza, nomeadamente pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, ou de resultarem de incumprimento contratual por parte do utilizador, são objeto de faturação específica;

Valores dos serviços auxiliares em 2018

Serviço	Valor
Serviços/Deteção de fuga/Alt. contrato	273,91 €
Tarifa de ligação	200,79 €
Interrupção de ligação definitiva	517,82 €
Restabelecimento e colocação do contador	353,92 €
Orçamento de Ramal	1.431,30 €
Análise de projectos de instalações sanitárias	368,19 €
Deslocação de contador	135,10 €
Ramal de ligação de água	555,82 €
Desvio de ramal	247,90 €
TOTAL	4.084,75 €

3.2 Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos

A Nordeste Ativo E.M., S.A. é responsável pela recolha dos resíduos sólidos no concelho de Nordeste.

A recolha dos indiferenciados e resíduos reciclados é efetuada porta a porta e é assegurada por duas viaturas especializadas, em circuitos pré-definidos e com a seguinte regularidade:

FREGUESIA	PAPEL	PLÁSTICO	VIDRO	INDIFERENCIADO
Salga	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
Achadinha	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
Achada	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
Santana	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
Algarvia	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
S. António	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
S. Pedro	4.º FEIRA	3.º FEIRA	2.º FEIRA	2.º e 5.º FEIRAS
L. Fazenda	4.º FEIRA	3.º FEIRA	2.º FEIRA	2.º e 5.º FEIRAS
Nordeste	4.º FEIRA	3.º FEIRA	2.º FEIRA	2.º e 5.º FEIRAS

Recolha de resíduos 2018

TIPO DESTINO	RECOLHA SELETIVA			INDEFERENCIADOS		OUTROS RESÍDUOS RECICLÁVEIS					RESÍDUOS VERDES					OUTROS RESÍDUOS NÃO RECICLÁVEIS																	
	R13			R3		R13					R3/R13					D1																	
	PAPEL	VIDRO	PLÁST./METAL	INDEF.	REEE	METAIS	PL. LAVR.	PLÁSTICOS	MADEIRA	R. BIO (R3)	INDEF.	MONSTROS	R. BIO	OUTROS RU	PAPEL	VIDRO	PLÁST./METAL	INDEF.	REEE	METAIS	PL. LAVR.	PLÁSTICOS	MADEIRA	R. BIO (R3)	INDEF.	MONSTROS	R. BIO	OUTROS RU					
JANEIRO	5.800	9.990	5.900	99.180	970	1.240	3.330	890	0	1.790	0	6.580	0	5.620																			
FEVEREIRO	4.360	7.190	4.830	82.490	690	480	2.380	440	0	750	0	5.430	0	3.760																			
MARÇO	5.180	7.650	5.400	92.020	810	190	1.120	510	0	2.740	0	4.230	0	3.790																			
ABRIL	3.450	10.650	5.340	106.370	650	400	3.520	1.410	0	840	0	6.080	0	3.040																			
MAIO	6.860	8.680	5.500	96.990	870	650	1.740	970	0	3.030	30	5.640	0	7.650																			
JUNHO	5.570	11.740	6.000	109.550	360	350	1.190	1.430	5.790	0	7.600	0	3.860																				
JULHO	6.360	14.480	7.040	131.180	980	1.360	470	470	0	2.100	6.060	7.400	0	5.760																			
AGOSTO	7.400	16.460	6.790	129.760	1.530	660	1.670	1.280	540	400	0	7.840	0	7.840																			
SETEMBRO	5.610	11.890	5.720	105.260	1.350	0	2.200	740	0	490	0	5.570	0	4.550																			
OUTUBRO	6.540	10.300	6.970	112.200	310	310	3.440	1.210	0	780	0	6.240	0	3.960																			
NOVEMBRO	5.090	8.520	5.660	99.900	720	120	1.020	2.470	0	1.550	0	11.610	0	2.760																			
DEZEMBRO	4.420	7.360	5.070	93.910	470	0	1.620	480	0	540	0	6.260	0	4.830																			
TOTAL	66.640	124.910	70.220	1.258.810	9.710	5.760	23.700	12.300	6.330	15.010	6.090	80.480	0	57.420																			
		261.770		1.258.810		51.470			21.340			143.990																					

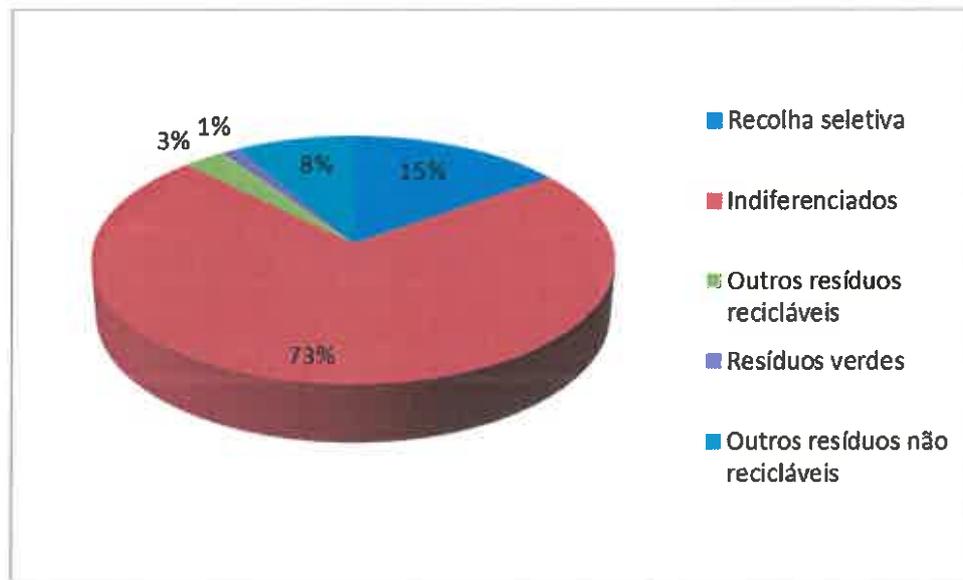
R3 — Reciclagem/recuperação de compostos orgânicos que não são utilizados como solventes (incluindo as operações de compostagem e outras transformações biológicas).

R13 — Acumulação de resíduos destinados a uma das operações de valorização de resíduos (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efectuada).

D1 — Deposição sobre o solo ou no seu interior (por exemplo, aterro sanitário, etc.).

M. Borges

Peso relativo de cada tipo de resíduo



Evolução da recolha de resíduos

Tipo	2017	2018	Varição
Recolha seletiva	256190	261770	2,18%
Indiferenciados	1268300	1258810	-0,75%
Outros resíduos recicláveis	57730	51470	-10,84%
Resíduos verdes	221330	21340	-90,36%
Outros resíduos não recicláveis	111470	143990	29,17%

Dentro da recolha de resíduos, tem particular importância a recolha dos resíduos recicláveis como o vidro, papel/cartão e o plástico/metais. Para além de ir de encontro à causa ambiental e os objetivos europeus, nacionais e regionais de aumento da reciclagem de resíduos, a nível financeiro também é vantajoso para a empresa. O aumento da quantidade de resíduos separados para a reciclagem em detrimento da recolha dos mesmos com o indiferenciado, é financeiramente vantajoso para a empresa, uma vez que os custos com o tratamento destes resíduos é elevado, enquanto que o tratamento dos reciclados não tem qualquer custo.

Para promover a separação dos resíduos recicláveis por parte de população, a Nordeste Ativo tem promovido ao longo dos anos várias campanhas de sensibilização e investido no serviço de recolha porta-a-porta bem como na

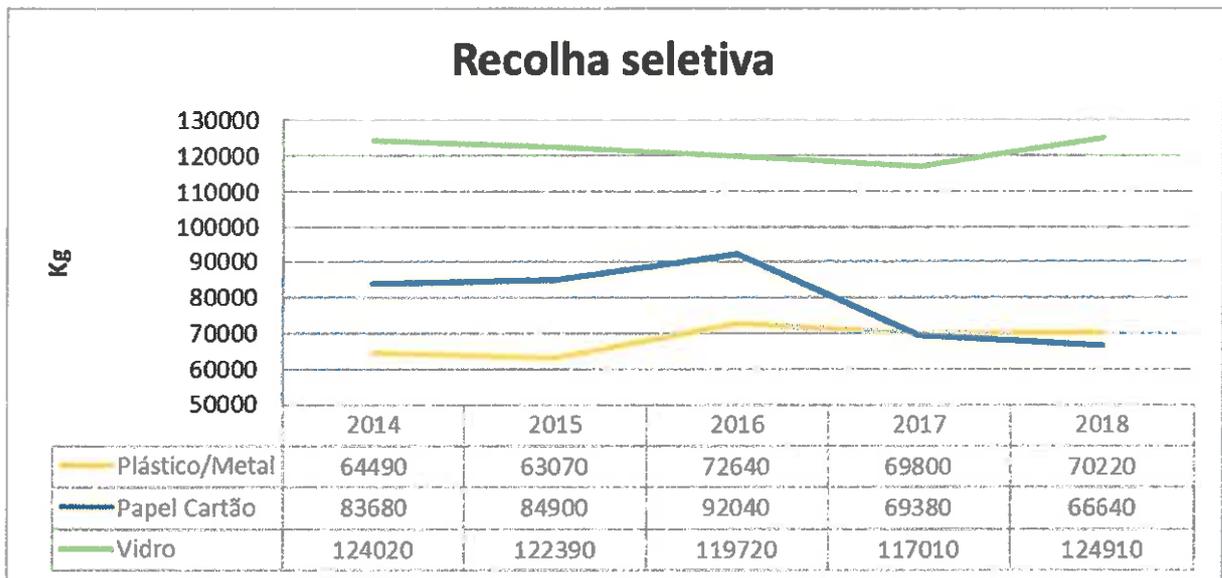
A.
Borges

RH
D
A
J

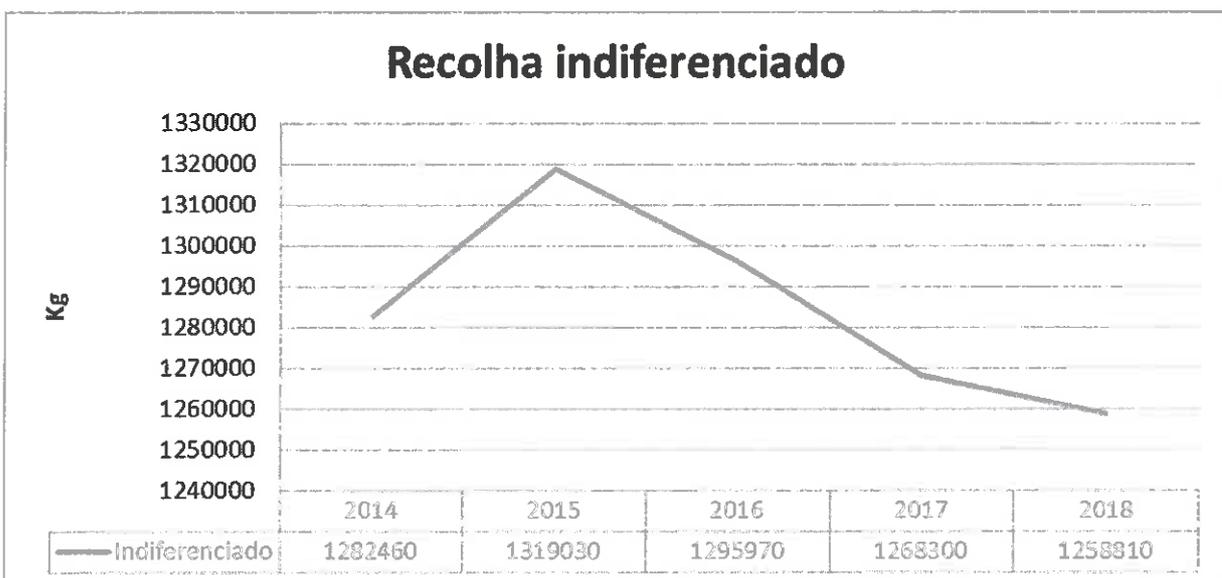
disponibilização à população da contentorização específica para estes resíduos.

Desta forma importa analisar a evolução da recolha destes resíduos, que tem tido um comportamento positivo ao longo dos últimos anos, mas não significativo.

Evolução da recolha seletiva nos últimos 5 anos



Evolução da recolha indiferenciada nos últimos 5 anos



4. CLIENTES

4.1 Caracterização

Os clientes principais da Nordeste Ativo E.M., S.A. são todos os proprietários ou usufrutuários de imóveis ou negócios que residem no concelho de Nordeste e utilizam os serviços de águas, saneamento e recolha de resíduos.

Desta forma a caracterização dos clientes está correlacionada com a população do concelho.

O concelho de Nordeste em termos de população é o mais pequeno da ilha de São Miguel, com uma população em 2011 de 4.920 habitantes, correspondente a cerca de 3,6% da população da ilha. O concelho tem uma área de 101,5Km², cerca de 13,6% da área da ilha de São Miguel e está subdividido em 9 freguesias, conforme quadro abaixo:

Número de habitantes por freguesia

Nordeste	Fazenda	S. Pedro	St. António	Algarvia	Santana	Achada	Achadinha	Salga
1.341	844	273	255	290	475	436	535	488

A nível económico o concelho de Nordeste é relativamente pouco desenvolvido, o que resulta num tecido empresarial reduzido e num baixo poder de compra da população, justificando a posição do Município de não repercutir no consumidor final o custo efetivo da gestão dos sistemas de saneamento, resíduos e abastecimento de água.

Os clientes são divididos por vários tipos de consumidor conforme a atividade exercida.

Número de clientes por tipo de consumidor

Tipo de Consumidor	2017	2018	Variação
Doméstico	2545	2555	0,39%
Comércio/Industria	135	116	-14,07%
Instituições	33	33	0,00%
Obras	6	16	166,67%
Agro Pecuária	142	136	-4,23%
Administração Central	17	19	11,76%
Administração Local	86	92	6,98%
TOTAL	2964	2967	0,10%

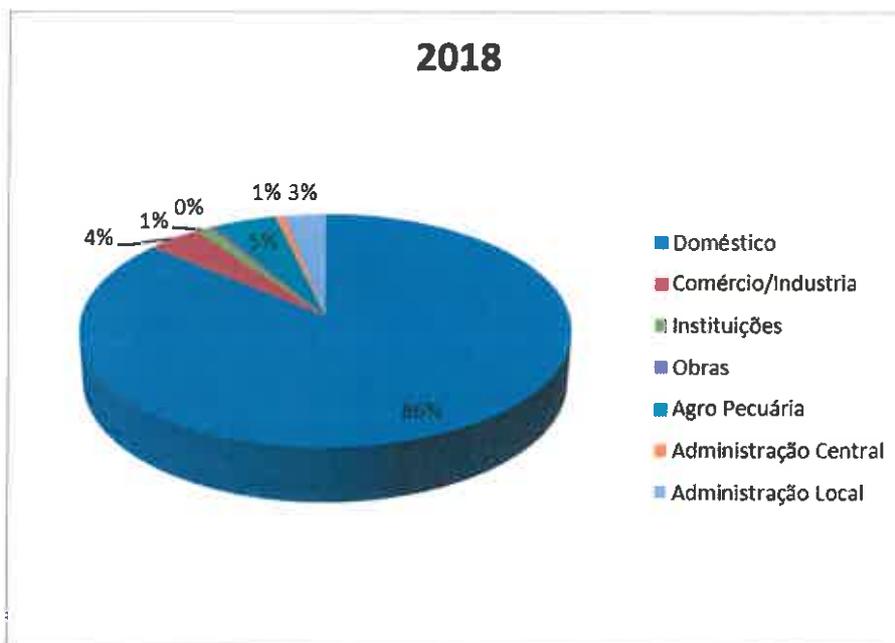
A redução acentuada no número de consumidores do tipo comércio/indústria em 2018 foi causada pela reclassificação dos estabelecimentos turísticos de

M. Borges
 RA
 RA
 RA
 RA
 RA

alojamento local no tipo de consumidores domésticos, por imposição da ERSARA.

Os dados são referentes ao mês de dezembro.

Peso relativo de cada tipo de consumidor



4.2 Evolução

A nível demográfico os dados históricos indicam uma tendência de redução da população residente, resultante do envelhecimento da população e da redução da taxa de natalidade, bem como dos fluxos demográficos de migração e emigração. Esta tendência prevê-se que se venha a manter no futuro.

Número de habitantes

1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
11.553	11.180	8.885	6.803	5.490	5.291	4.937

Número de habitantes por grupo etário

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
0 - 14 anos	3.653	3.961	9.325	s/dados	1.290	1.041	876
15 - 24 anos	2.008	1.707	1.495	s/dados	926	810	638
25 - 64 anos	5.023	4.736	3.585	s/dados	2.317	2.492	2.550
Mais de 65 anos	710	776	870	s/dados	957	948	873

A contrariar a redução do consumo devido à redução da população, está o aumento do fluxo turístico e o aumento de unidades de alojamento e casas de veraneio no concelho. Esta é uma tendência que tem vindo a aumentar desde a liberalização do espaço aéreo nos Açores e é esperado que se mantenha a tendência de crescimento no futuro. No entanto o fluxo turístico apresenta uma atividade muito sazonal, pelo que se espera um aumento do consumo principalmente nos meses de verão.

5. INVESTIMENTOS

Os investimentos previstos no plano e orçamento para iniciar em 2018, sofreram sucessivos atrasos de ordem administrativa, pelo que as suas execuções foram adiadas para 2019.

Em 2018, por motivo de avaria não espectável, foi necessário substituir a bomba do furo de captação de Santo António Nordestinho. Esta captação serve de apoio para a obtenção de água nos meses de maior escassez de água nas freguesias de São Pedro e Santo António Nordestinho. Atendendo que esta avaria ocorreu no período de verão, no momento em que o furo estava a ser utilizado para compensar a falta de água proveniente das nascentes, a sua substituição foi de natureza urgente. Durante o período de inoperabilidade do furo de captação, a escassez de água nos reservatórios teve de ser compensada com o recurso a camiões cisterna para o transporte de água.

A substituição da bomba de água ascendeu a 19.206,92€

Também em 2018 foi adquirido um equipamento para a deteção de fugas de água, por forma a prestar aquele serviço ao número elevado de clientes que contactavam a empresa a solicitar o mesmo.

6. RECURSOS HUMANOS

Em 2018 o número de colaboradores ao serviço da empresa reduziu significativamente do número de 29 em 2017 para o número de 19 em 2018.

Esta redução deveu-se ao término dos 9 contratos de estágio ao abrigo dos programas estagiar T e estagiar L, e ao termo do contrato de trabalho por mútuo acordo com a colaboradora com a categoria de técnica de desporto.

A nível interno foram promovidas duas alterações de categorias profissionais dos colaboradores, sendo estas de 1 colaborador que foi promovido da categoria de escriturário para gestor, e a promoção de 1 colaborador da categoria de servente para motorista de pesados.

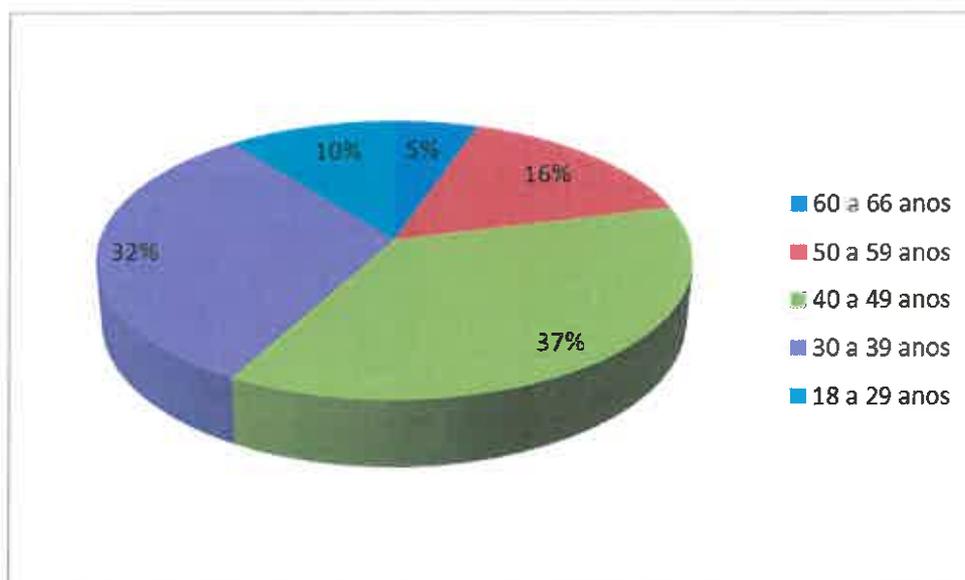
M. Borges
R. [Signature]
[Signature]
[Signature]

Quadro de pessoal por categoria profissional

Categoria profissional	Nº de colaboradores
Escriturário	1
Assistente Administrativo	1
Assistente Operacional	3
Auxiliar de Serviços Gerais	3
Canalizador	1
Leitor Cobrador	1
Motorista de Pesados	3
Técnico	1
Técnico de 2º	1
Tecnico de Contabilidade	1
Estagiário	1
Gestor	1
Empregada de Quartos	1
TOTAL	19

O quadro de pessoal da empresa é formado por 19 colaboradores, sendo 15 do sexo masculino e 4 do sexo feminino. Todos os colaboradores têm uma relação de trabalho com a empresa com vínculo de trabalho sem termo. A média de idade dos colaboradores é de 42 anos e é distribuída da seguinte forma:

Idades	Nº de colaboradores
60 a 66 anos	1
50 a 59 anos	3
40 a 49 anos	7
30 a 39 anos	6
18 a 29 anos	2



Evolução dos gastos com pessoal

Rúbrica	2017	2018	Varição
Remuneração dos órgãos sociais	33.616,39 €	- €	-100,00%
Remuneração do pessoal	245.827,24 €	238.544,55 €	-2,96%
Encargos sobre as remunerações	57.830,11 €	49.469,89 €	-14,46%
Seguros	4.105,17 €	1.461,16 €	-64,41%
Gastos de acção social	5.728,38 €	7.546,47 €	31,74%
Outros gastos com pessoal	481,34 €	1.427,78 €	196,63%
TOTAL	347.588,63 €	298.449,85 €	-14,14%

A redução de 14,14% nos gastos com o pessoal justifica-se pela redução do número de colaboradores ao serviço da empresa e pelo facto dos novos membros do Conselho de Administração da empresa passarem a ser todos não remunerados.

A rúbrica dos gastos de acção social contém essencialmente o custo da prestação de serviços e dispensa de medicamentos aos trabalhadores que a empresa é obrigada a pagar ao Serviço Regional de Saúde, por norma do art. 199 da Lei 114/2017 de 29 de dezembro, do Orçamento do Estado para 2018. Este montante é apurado através da aplicação de um método de capitação, pelo que o seu valor resulta do número de trabalhadores ao serviço da empresa e não do custo efetivo dos serviços prestados àqueles trabalhadores. O valor apurado para este serviço em 2018 foi de 6.560,34€. O restante custo registado na rúbrica gastos de acção social, corresponde ao custo com o serviço de saúde e segurança no trabalho, também este serviço obrigatório por lei.

A rúbrica outros gastos com pessoal contém unicamente em 2018 os gastos com a aquisição de fardamento para o pessoal.

7. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA

7.1 Análise Económica

O resultado líquido do ano de 2018 foi de -1.758,86€ negativos cuja descrição é a seguinte:

Descrição	2017	2018
Resultados operacionais	96.293,70	94.909,86
Resultados financeiros	-96.293,70	-94.909,86
Resultados antes de impostos	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento	-2.205,17	-1.758,86
Resultado líquido	-2.205,17	-1.758,86

M. Borges **RM**
[Handwritten signatures and initials]

A nível do balanço, ocorreu a seguinte evolução:

	2017	2018	Variação
Ativo Líquido	3.958.569,81	3.601.270,69	-9,03%
Não corrente	1.649.632,41	1.584.706,36	-3,94%
Corrente	2.308.937,40	2.200.504,36	-4,70%
Capitais Próprios	1.519.315,99	1.473.583,22	-3,01%
Capital social	50.000,00	50.000,00	0,00%
Passivo	2.439.253,82	2.311.627,50	-5,23%
Não corrente	461.212,35	124.482,75	-73,01%
Corrente	1.978.041,47	2.187.144,75	10,57%

O capital próprio da empresa em 2018 foi de 1.473.583,22€, valor inferior ao ano de 2017 em 45.732.77€.

A realçar a redução do passivo em 127.626.32€ correspondente a 5, 23%. A diminuição do passivo fica a dever-se, essencialmente, ao pagamento das prestações dos financiamentos obtidos. A redução da dívida bancária em 2018 foi de 154.232,01€.

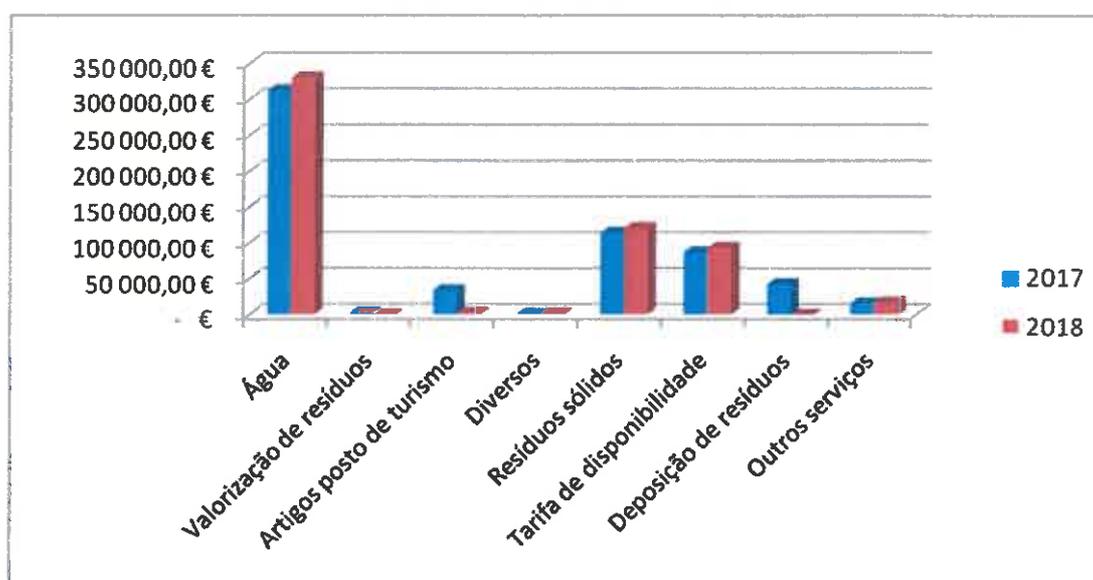
7.2 Rendimentos

Os rendimentos no ano de 2018 atingiram o montante de 813.759,01€, com a seguinte estrutura:

Rendimentos	2017	2018
Vendas	348.200,85 €	334.107,23 €
Prestação de serviços	262.081,04 €	230.573,18 €
Subsídios à exploração	129.823,43 €	185.341,25 €
Aumentos	49,24 €	11,83 €
Outros rendimentos	1.867.902,50 €	63.725,52 €
TOTAL	2.608.057,06 €	813.759,01 €

A evolução do rédito da empresa detalha-se da seguinte forma:

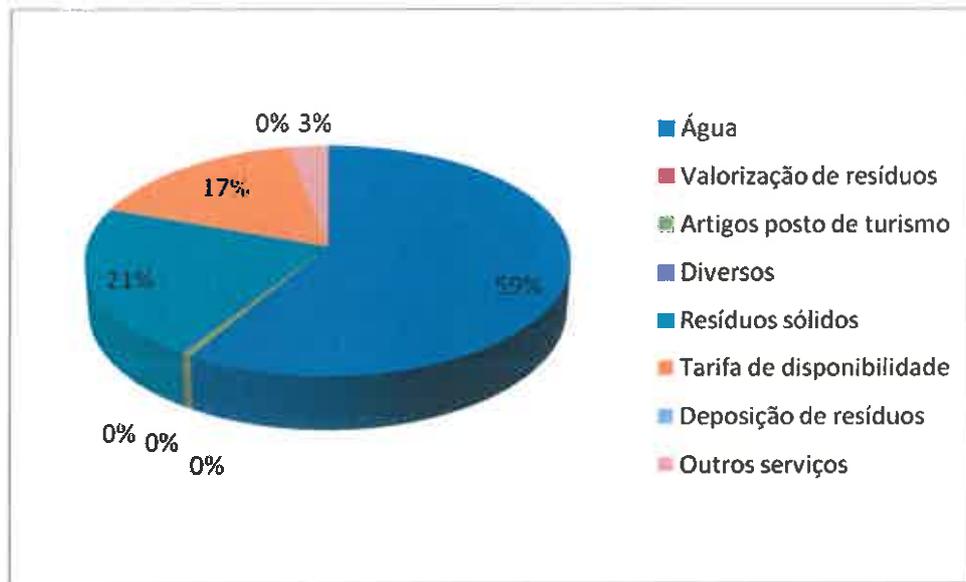
Rúbrica	2017	2018	Varição
VENDAS			
Água	312 269,66 €	330 292,99 €	5,77%
Valorização de resíduos	2 704,27 €	- €	-100,00%
Artigos posto de turismo	34 085,04 €	2 670,01 €	-92,17%
Diversos	1 846,15 €	1 144,23 €	-38,02%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
Resíduos sólidos	114 169,06 €	120 519,83 €	5,56%
Tarifa de disponibilidade	87 012,69 €	93 277,84 €	7,20%
Deposição de resíduos	42 683,97 €	- €	-100,00%
Outros serviços	15 511,05 €	16 775,51 €	8,15%
TOTAL	610 281,89 €	564 680,41 €	-7,47%



A redução do réditto da empresa em 2018 em 7,47% justifica-se pela supressão de algumas atividades da empresa, nomeadamente a valorização e deposição de resíduos resultante da transmissão do Aterro Sanitário de Nordeste para a Musami em 2017, e a não participação nas festividades do concelho que se repercutiu na inexistência da receita proveniente da venda de bilhetes por parte do posto de turismo.

M. Borges
RH
[Handwritten signatures]

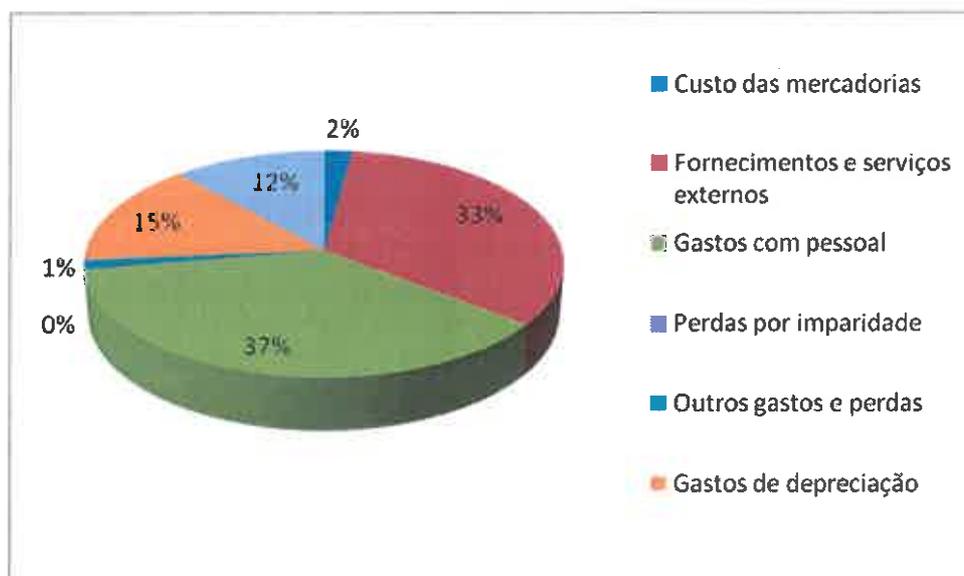
Peso relativo de cada rendimento



7.3 Gastos

Gastos	2017	2018	Varição
Custo das mercadorias	16 961,64 €	16 972,64 €	0,06%
Fornecimentos e serviços externos	225 816,50 €	272 805,45 €	20,81%
Gastos com pessoal	347 588,63 €	298 404,85 €	-14,15%
Perdas por imparidade	5 836,37 €	1 486,74 €	-74,53%
Outros gastos e perdas	1 803 860,82 €	9 902,68 €	-99,45%
Gastos de depreciação	111 699,40 €	119 276,79 €	6,78%
Gastos e perdas de financiamento	96 293,70 €	94 909,86 €	-1,44%
TOTAL	2 608 057,06 €	813 759,01 €	-68,80%

Peso relativo dos gastos



FSE

Rubrica	2017	2018	Variação
Subcontratos	47 013,79 €	52 870,21 €	12,46%
Trabalhos especializados	31 637,66 €	67 952,25 €	114,78%
Publicidade e propaganda	15 886,10 €	160,48 €	-98,99%
Vigilância e segurança	5 400,00 €	- €	-100,00%
Honorários	7 670,00 €	40 841,16 €	432,48%
Conservação e reparação	24 406,43 €	38 547,95 €	57,94%
Serviços bancários	901,62 €	530,10 €	-41,21%
Serviços especializados	6 278,99 €	1 057,50 €	-83,16%
Taxas ERSARA	6 495,30 €	5 990,93 €	-7,77%
Ferramentas e utensílios	1 202,85 €	140,77 €	-88,30%
Material de escritório	3 808,50 €	3 232,16 €	-15,13%
Artigos para oferta	50,00 €	- €	-100,00%
Outros materiais	292,20 €	- €	-100,00%
Eletricidade	9 761,04 €	9 072,50 €	-7,05%
Combustíveis	24 139,70 €	33 484,02 €	38,71%
Gás	- €	16,86 €	100,00%
Deslocações e estadas	2 792,04 €	319,71 €	-88,55%
Rendas e alugueres	15 404,24 €	705,50 €	-95,42%
Comunicação	9 217,11 €	10 308,03 €	11,84%
Seguros	5 635,34 €	4 552,79 €	-19,21%
Contencioso e notariado	540,00 €	2 131,00 €	294,63%
Despesas de representação	446,80 €	60,90 €	-86,37%
Limpeza, higiene e conforto	650,11 €	445,92 €	-31,41%
Outros materiais	5 209,04 €	157,92 €	-96,97%
Outros serviços	977,64 €	226,79 €	-76,80%
TOTAL	225 816,50 €	272 805,45 €	20,81%

A nível dos fornecimentos e serviços externos verifica-se uma redução dos custos na esmagadora maioria das rubricas, fruto do esforço de contenção da despesa exercido em 2018.

No entanto a falta da precipitação verificada em 2018 fez disparar os custos com o recurso a serviços de transporte de água e consumo de combustíveis. No decurso do ano ocorreu também um número anormal de avarias, tendo aumentado significativamente os custos com manutenção e reparação.

A transferência do Aterro Sanitário de Nordeste para a Musami em fevereiro de 2017, significou que a empresa passou a pagar pelo tratamento dos resíduos não recicláveis. Assim a rubrica subcontratos teve um aumento significativo em 2018 por abranger um maior número de meses em que foram depositados os resíduos no Aterro.

A nível de Honorários foi necessário recorrer em 2018 a serviços de assessoria na área jurídica e de gestão.

M. Borges

RH

[Handwritten initials]

7.4 Indicadores Financeiros

Rádios	2017	2018	Variação
Divida líquida financeira	23,29%	7,79%	-66,55%
Rendibilidade operacional	34,08%	37,93%	11,29%
Autonomia financeira	38,38%	38,93%	1,43%
Solvabilidade	62,29%	63,75%	2,34%

Divida líquida financeira = Passivo MLP / (Passivo MLP + Capital Próprio)

Rendibilidade operacional = EBITDA / Vendas e prestação de serviços

Autonomia financeira = Capital Próprio / Ativo

Solvabilidade = Capital Próprio / Passivo

7.5 Evolução Previsível

De acordo com o n.º 1 e 2 do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, as empresas locais devem apresentar resultados anuais positivos. No caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa.

No caso da Nordeste Ativo E.M., S.A., cabe à Câmara Municipal de Nordeste, como única acionista da empresa, a transferência do valor de 185.341,25€ para equilibrar os resultados de 2018. Este valor que será transferido em 2019 para a Nordeste Ativo, E.M., S.A., permitirá à empresa resolver as suas necessidades de tesouraria e saldar as dívidas a fornecedores.

Também, em continuação do trabalho que já vem a ser desenvolvido no ano de 2018 com vista à formalização de um novo contrato programa com o Município, espera-se que no curto prazo este contrato venha a ser aprovado pela Câmara e entre em vigor para o ano de 2019.

Com as verbas a transferir através deste contrato programa, prevê-se a empresa venha a equilibrar as suas contas, e volte a apresentar resultados positivos em 2019.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido negativo do exercício de 2018, no valor de – 1.758.,86€, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados.....-1.758,86€

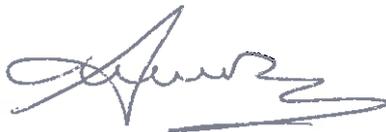
9. NOTA FINAL

O Conselho de Administração agradece:

- ✓ à **Câmara Municipal de Nordeste** pela confiança e apoio demonstrados;
- ✓ aos membros da **Assembleia Geral** pela colaboração dispensada;
- ✓ ao **Revisor Oficial de Contas** e **Técnico Oficial de Contas** pela rigor e transparência das nossas contas;
- ✓ à **ERSARA** pela incentivo à prestação de um serviço de qualidade;
- ✓ aos **Clientes** pela utilização dos nossos serviços;
- ✓ a todos os **Colaboradores** da empresa pelo profissionalismo e dedicação demonstrados;
- ✓ a todos os **Fornecedores** pelo interesse e pela qualidade dos serviços;
- ✓ de forma geral, a todas as **Entidades** que colaboraram connosco no ano de 2018.

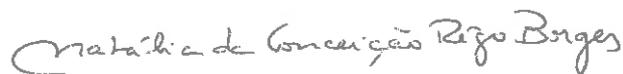
Nordeste, 6 de Fevereiro de 2019

O Conselho de Administração



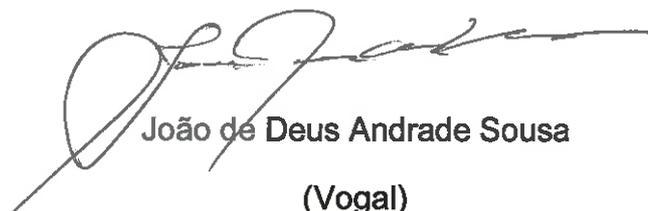
António Miguel Borges Soares

(Presidente do Conselho de Administração)



Natália de Conceição Rego Borges

(Vogal)



João de Deus Andrade Sousa

(Vogal)

Entidade: Nordeste Ativo E.M. S.A.

Balço Individual em 31 de dezembro de 2018

M. Borges
Marina Cabral
Nif: 120643825
Toclo: 87693

(Em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 dez. 2018	31 dez. 2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3/6/20	1.583.454,76	1.648.635,40
Outros investimentos financeiros	3/10	1.251,60	997,01
Activos por impostos diferidos	3		
		1.584.706,36	1.649.632,41
Ativo corrente			
Inventários	3/9	36.604,58	47.372,01
Clientes	3/10	91.069,24	96.490,28
Estado e outros entes públicos	3/19	16.775,98	14.975,50
Outros créditos a receber	3/10/19	2.051.159,53	2.122.343,79
Diferimentos	3/19	1.855,79	1.751,36
Caixa e depósitos bancários	3/4/10	3.039,24	26.004,46
		2.200.504,36	2.308.937,40
TOTAL DO ATIVO		3.785.210,72	3.958.569,81
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	5/1019	50.000,00	50.000,00
Reservas legais	10/19	2.776,34	2.776,34
Resultados transitados	19	- 413.054,75	- 410.849,58
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	15/19	1.835.620,49	1.879.594,40
Resultado líquido do período	19	- 1.758,86	- 2.205,17
Interesses que não controlam			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	19	1.473.583,22	1.519.315,99
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	3/10/11	124.480,76	461.204,08
Passivos por impostos diferidos	3/17	1,99	8,27
		124.482,75	461.212,35
Passivo corrente			
Fornecedores	3/10	126.507,53	129.321,36
Estado e outros entes públicos	3/19	6.118,35	8.349,22
Financiamentos obtidos	3	1.535.217,23	1.352.725,92
Outras dívidas a pagar	3/10/11/19	519.301,64	487.644,97
Diferimentos	3/19		
		2.187.144,75	1.978.041,47
TOTAL DO PASSIVO		2.311.627,50	2.439.253,82
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		3.785.210,72	3.958.569,81

Entidade: Nordeste Ativo E.M. S.A.
 Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
 Período findo em 31 de dezembro de 2018

Marina Cabral
 N.º 229643825
 Toc. n.º 87693

(Em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	3/13/20	564.680,41	610.281,89
Subsídios à exploração	3/5/15	185.341,25	129.823,43
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3/9	- 16.972,64	- 16.961,64
Fornecimentos e serviços externos	19/20	- 272.805,45	- 225.816,50
Gastos com o pessoal	3/5/18/20	- 298.404,85	- 347.588,63
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	3/10	- 1.486,74	- 5.836,37
Aumentos/ reduções de justo valor	10	11,83	49,24
Outros rendimentos	19	63.725,52	1.867.902,50
Outros gastos	19	- 9.902,68	- 1.803.860,82
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		214.186,65	207.993,10
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	3/6	- 119.276,79	- 111.699,40
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		94.909,86	96.293,70
Juros e gastos similares suportados	3/10/11/19	- 94.909,86	- 96.293,70
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		-	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	3/17	- 1.758,86	- 2.205,17
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		- 1.758,86	- 2.205,17

Marina Cabral
Nif: 20248825
Toc: 87693

ANEXO

1. Identificação da Entidade

1.1. Designação da entidade

NORDESTE ATIVO E.M., S.A.

1.2. Sede

Rua Dr. Manuel João da Silveira, n.º 1 A, freguesia e concelho de Nordeste

1.3. Natureza da atividade

A NORDESTE ATIVO E.M., S.A. é uma entidade empresarial local de gestão de serviços de interesse geral, pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal e sob a forma de sociedade anónima, constituída em 5 de setembro de 2005. A entidade tem como objeto social:

- a) A gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água para consumo público, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes, a recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos, a higiene pública no concelho do Nordeste;
- b) A promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura, desporto, turismo e atividades recreativas.

Em complemento daquelas atividades, poderá a Empresa Municipal exercer, diretamente ou em colaboração com terceiros, atividades acessórias ou subsidiárias da exploração e gestão, bem como outros ramos de atividade conexos, incluindo a prestação de serviços, que não prejudiquem a prossecução do seu objeto e que tenham em vista a melhor utilização dos seus recursos disponíveis.

A entidade encontra-se, portanto, registada na Classificação das Atividades Económicas Rev.3 com os códigos 36001 – Captação e Tratamento de Água, como atividade principal, e 38112 – Recolha de Outros Resíduos não Perigosos e 84123 – Administração Pública Atividades de Cultura, Desporto, Recreativas, Ambiente, Habitação e de Outras Atividades Sociais, exceto Segurança Social obrigatória, como atividades secundárias.

1.4. Designação e sede da empresa-mãe final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas

O capital social da entidade, no valor de 50.000,00€, é totalmente detido pela Câmara Municipal de Nordeste sediada na Praça da República, concelho de Nordeste, local onde pode ser obtidas as demonstrações financeiras consolidadas.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e da especialização dos exercícios (regime de acréscimo) e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em conformidade com as disposições em vigor em Portugal, de acordo com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativo às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE do Europeu e do Conselho, e revoga as Diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, e altera o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, republica o Código de Contas;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que aprova os modelos das demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, com a homologação da Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística;
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, com a homologação das Normas contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho, com a homologação das Normas Interpretativas do Sistema de Normalização Contabilística;

Marina Cabral

Nif: 20643825

Toc: n.º 87693

M
RJ
Borges

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil e integram o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas, e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que provocassem efeitos nas demonstrações financeiras, pelo que as mesmas apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2017, incluídas nas demonstrações financeiras anexas para efeitos comparativos, apresentam-se em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3. Principais Políticas Contabilísticas:

A entidade aplica as suas políticas contabilísticas consistentemente para transações semelhantes, outros acontecimentos e condições, permitindo não só que as demonstrações financeiras proporcionem informação fiável e relevante sobre os efeitos das mesmas na posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa, mas também permitindo que tal informação seja comparável ao longo do tempo.

As demonstrações financeiras anexas, elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as NCRF, foram preparadas no pressuposto da continuidade.

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

Os elementos das demonstrações financeiras foram reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração de resultados utilizando as bases de mensuração constantes da Estrutura Conceptual enquanto parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e de acordo com as disposições de cada NCRF para o efeito.

Ativos fixos tangíveis

Determinado item é reconhecido como ativo quando diga respeito a um recurso controlado pela entidade, como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros.

Os itens do ativo fixo tangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo fixo tangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sendo a quantia depreciable dos AFT imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Existindo algum indício de uma alteração significativa da vida útil de determinado item do AFT é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expetativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos do ativo fixo tangível são registados como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gastos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Ativos Intangíveis

Os itens do ativo intangível são classificados para reconhecimento como um ativo se, e apenas se, forem identificáveis. Um ativo satisfaz o critério de identificabilidade na definição de um ativo intangível quando:

- a) For separável, isto é, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo relacionado; ou
- b) Resultar de direitos contratuais ou de outros legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Um ativo intangível é inicialmente mensurado pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo intangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

A quantia amortizável de um ativo intangível com uma vida finita é imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, cessando na data em que o ativo for desreconhecido.

Um ativo intangível com uma vida indefinida não é amortizado, sendo revistos a cada período os acontecimentos e circunstâncias que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida.

Um ativo intangível é desreconhecido no momento da alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação.

Imparidade de ativos

À data de cada relato financeiro, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica “Imparidade de ativos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)” ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do Ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada Ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as mesmas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica supra referida sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores. Não é permitida a reversão de imparidade em instrumentos de capital próprio.

Inventários

Os inventários são ativos (a) detidos para venda no decurso ordinário da atividade empresarial; (b) no processo de produção para tal venda; ou (c) na forma de materiais ou consumíveis a serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços.

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O custo de compra de inventários inclui o preço de compra, direitos de importação e outros impostos (que não sejam os subsequentemente recuperáveis das entidades fiscais pela entidade), os custos de transporte, manuseamento e outros gastos diretamente atribuíveis à respetiva aquisição. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial deduzido de todos os gastos estimados necessários para realizar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna uma parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Quando um ativo financeiro ou um passivo financeiro é inicialmente reconhecido, uma entidade deve mensurá-lo pelo seu justo valor. Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja ao justo valor.

Após o reconhecimento inicial, a mensuração subsequente de ativos e passivos financeiros deverá ser, em cada data de relato, reconhecidas na desmonstração de resultados pelo justo valor, exceto:

- Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados a e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida, quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado

A.
Verges

RA
STP
STP
STP

menos perdas por imparidade, e a entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;

- Ativos financeiros que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efetiva) menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam i) de montante fixo, ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; e
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Exemplos de instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado:

- Clientes e outros créditos a receber ou outras dívidas a pagar, bem como empréstimos bancários;
- Investimentos em obrigações não convertíveis;
- Créditos a receber ou dívidas a pagar em moeda estrangeira, porém, qualquer alteração no montante a pagar ou a receber devido a alterações cambiais é reconhecida na demonstração de resultados;
- Empréstimos a subsidiárias ou associadas que sejam exigíveis; ou
- Um instrumento de dívida que seja imediatamente exigível se o emitente incumprir o pagamento de juro ou de amortização de dívida.

Na categoria de instrumentos financeiros incluem-se os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

No final de cada período de relato financeiro são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e de depósitos bancários, mensurados pelo seu valor nominal, e mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Custos dos Empréstimos Obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Marina Cabral
Nif: 121643823
Tocantins 97693

Rédito

O rédito é o rendimento que surge no decurso das atividades ordinárias de uma entidade, como sejam vendas, prestações de serviços, juros, dividendos e royalties.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade, não incluindo impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato financeiro. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- a) A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- b) Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- c) A fase de acabamento da transação à data do Balanço possa ser mensurada com fiabilidade;
- d) Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no

balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

Acontecimentos Subseqüentes

Os acontecimentos após a data do balanço são aqueles subseqüentes, favoráveis e desfavoráveis, que ocorrem entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão. Poderão ser identificados dois tipos de acontecimentos: os que dão lugar a ajustamentos e que, como tal, proporcionam prova de condições que existiam à data do balanço; e os que não dão lugar a ajustamentos, sendo indicativos de condições que surgiram após a data do balanço e que, como tal, devem ser divulgados.

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui

Marina Cabral
Nif: 229043823
Toc: n.º 87693

M.
Borges

RA
CA
SA
JA

diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos, ativos e passivos, são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, a menos que resultem do reconhecimento inicial do *trespasse* (*goodwill*), do reconhecimento inicial de um Ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento da transação, nem o lucro contabilístico (perda contabilística) nem o lucro tributável (perda fiscal).

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, diuturnidades, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os gastos com férias e subsídio de férias são registados como gasto do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Em consequência, as responsabilidades com férias e subsídio de férias e correspondentes encargos patronais vencidos e não pagos à data de relato financeiro foram estimados e incluídos na rubrica “Outras dívidas a pagar”.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras dívidas a pagar” ou “Outros créditos a receber”.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes.

Todas as políticas contabilísticas relevantes foram mencionadas no ponto anterior.

3.3. Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram mais impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras, o órgão de gestão utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Marina Cabral
Nif: 21943825
Toc: nº 87693

A1.
Borges
[Handwritten signatures]

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.5. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos durante o período contabilístico seguinte.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas a entidade adotou certos pressupostos e estimativas envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão tiveram por base o seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas na elaboração de tais estimativas. As alterações às estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análise de imparidades, nomeadamente, de créditos a receber;
- c) Gastos com pessoal referentes a férias/ subsídio de férias a pagar no exercício seguinte.

4. Fluxos de Caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e em Depósitos Bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, "caixa e seus equivalentes" inclui numerário, depósitos à ordem e depósitos a prazo. À data de relato financeiro não existem saldos de caixa e seus equivalentes que

não estejam disponíveis para uso. A quantia escriturada e movimentos do período de caixa e seus equivalentes decompõem-se conforme se apresenta:

	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1.386,18	602.692,26	603.393,53	684,91
Depósitos à Ordem	24.618,28	1.067.494,21	1.089.758,16	2.354,33
Outros Depósitos Bancários				
Total de Caixa e Depósitos Bancários	26.004,46			3.039,24
Dos quais: Depósitos bancários no exterior				

Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca das componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da entidade.

5. Partes relacionadas

Uma parte está relacionada com uma entidade se:

(a) Direta, ou indiretamente através de um ou mais intermediários, a parte:

- Controlar, for controlada por ou estiver sob o controlo comum de uma entidade;
- Tiver um interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a mesma; ou
- Tiver um controlo conjunto sobre a entidade.

(b) A parte for uma associada ou um empreendimento conjunto em que a entidade seja o empreendedor de acordo com a NCRF 13 – Interesses em empreendimentos conjuntos e interesses em associadas; ou

(c) A parte for membro do pessoal chave da gestão da entidade ou da sua empresa-mãe.

5.1. Relacionamentos com empresas-mãe

A Nordeste Ativo E.M., S.A. é detida em 100% pela Câmara Municipal de Nordeste, contribuinte número 512 042 659, sediada na Praça da República, concelho de Nordeste, sendo as demonstrações financeiras

consolidadas na mesma. A empresa-mãe imediata é a controladora final tendo a obrigatoriedade de elaborar demonstrações financeiras que são disponibilizadas para uso público.

As entidades que participam no capital da entidade declarante e as entidades em que a mesma participa apresentam-se, resumidamente, com as seguintes características:

Entidades que participam no capital da empresa declarante

NIF	512 042 659
Denominação	Câmara Municipal de Nordeste
Sede	Praça da República, Nordeste
Participação imediata no capital social - valor	50,000.00 €
Participação imediata no capital social - %	100%
Participação de direitos de voto - %	100%
Data de início da participação no capital da empresa	05-09-2005
É a entidade controladora final?	Sim

Entidades em que a empresa declarante participa

NIF	512 092 095
Denominação	Gedernor - Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos e Turísticos do Nordeste, S.A.
Sede	Rua António Alves de Oliveira, 46, Nordeste
Natureza da relação	Associada
Consolidação de Contas do Grupo	Sim
Método de Consolidação de Contas	Método de Equivalência Patrimonial
Capital Próprio	Sem informação financeira
Resultado Líquido do último exercício	Sem informação financeira
Participação imediata no capital social - valor	24,500.00 €
Participação imediata no capital social - %	49%
Participação de direitos de voto - %	49%
Data de início da participação no capital da empresa	23-09-2005

Até à data em que as demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão não houve acesso a qualquer informação financeira da participada Gedernor, S.A., atualmente em situação de insolvência.

5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

a) Total de remunerações

Considerando que uma parte está relacionada com uma entidade se a mesma for membro do pessoal chave da gestão da entidade ou da sua empresa-mãe, importa fazer referência às remunerações do pessoal chave de gestão que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 foram as seguintes:

Remuneração	2018	2017
Benefícios de curto prazo dos empregados		41.260,54
Benefícios pós-emprego		
Outros benefícios de longo prazo		
Benefícios por cessação de emprego		
Pagamentos com base em acções		
Total		41.260,54

5.3. Transações entre partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 as transações de natureza comercial e os saldos pendentes com partes relacionadas eram, resumidamente, os que se apresentam:

	Rubrica	Empresa-mãe - CMN	Associada - Gedernor
2018	Serviços Obtidos	-	-
	Serviços Prestados	54.759,10	-
	Subsídios à Exploração Obtidos	185.341,25	-
	Contas a Pagar Correntes	33.870,00	-
	Contas a Receber Correntes	1.177,49	282.013,31
2017	Serviços Obtidos	-	-
	Serviços Prestados	42.683,97	-
	Subsídios à Exploração Obtidos	128.823,43	-
	Contas a Pagar Correntes	33.870,00	-
	Contas a Receber Correntes	129.823,43	282.013,31

No exercício de 2015 foi reconhecida a imparidade dos saldos devedores da Associada Gedernor, S.A. considerando a situação de insolvência em que se encontra. Por decisão da Administração da empresa, aquele ajustamento foi levado a resultados transitados.

M. Borges
RH
[Signature]
[Signature]

ii)	Construção da Adutora da Tronqueira	67.737,50€
iii)	Mini Golfe de São Pedro Nordestinho	67.350,00€
iv)	Construção de Reservatório na Vila do Nordeste	6.405,62€
v)	Execução de Estações de Tratamento de Água	30.780,00€
vi)	Construção da Adutora à Lomba da Fazenda	77.085,01€
vii)	Reforço de Abastecimento de Água à Salga	61.470,00€
viii)	Reformulação de Rede de Águas do Concelho	6.640,00€
ix)	Saneamento Águas Residuais Santana	11.700,00€
x)	Redes de drenagem da lomba de Santana	8.300,00€
xi)	Saneamento águas residuais de Santo António	12.500,00€
xii)	Saneamento básico/conduas Rua Arraiado da Lomba da Fazenda	3.100,00€;
xiii)	Saneamento básico/ Pavimentos da Salga	14.500,00€;
xiv)	Saneamento águas residuais domésticas e construção da estação da Vila de Nordeste	6.600,00€

O Conselho de Administração continua a manifestar intenção de investimento em cada projeto em curso.

7. Ativos Intangíveis

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os itens do ativo intangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo intangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados

A quantia amortizável de um ativo intangível com uma vida finita é imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, cessando na data em que o ativo for desreconhecido.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de Computador	3 anos

d) **Quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada no começo e fim do período e reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as alienações, os abates e as amortizações:**

Descrição	Programas de Computador	Total
Com vida útil indefinida:		
1 Quantia bruta escriturada inicial		
2 Perdas por imparidade acumuladas		
3 Quantia líquida escriturada final		
Com vida útil finita:		
4 Quantia bruta escriturada inicial	10.266,00	10.266,00
5 Amortizações acumuladas iniciais	10.266,00	10.266,00
6 Perdas por imparidade acumuladas iniciais		
7 Quantia líquida escriturada inicial (7= 4-5-6)		
8 Movimentos do período: (8=8.1-8.2+8.3+...+8.6)		
8,1 Total das adições		
8,2 Total das diminuições		
8,3 Reversões de perdas por imparidade		
8,4 Transferências de intangíveis em curso		
8,5 Transferências de/para activos não correntes detidos para venda		
8,6 Outras transferências		
9 Quantia líquida escriturada final (9=7+8)		
10 Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida		

8. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas

8.1 Investimentos em associadas

O investimento na associada Gedernor, S.A. foi, inicialmente, registado pelo seu custo e, posteriormente, por indicação do Conselho de Administração, desreconhecido com reflexo nos capitais próprios na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros”, na sequência dos resultados apresentados nos últimos exercícios económicos e, conseqüentemente, do valor do seu capital próprio. A quota-parte nas perdas foi reconhecida até ao montante do investimento efetuado sem que se tenha reconhecido perdas adicionais uma vez que não se verificaram condições que o justificassem.

Até à data em que as demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão não houve acesso a qualquer informação financeira da participada Gedernor, S.A., atualmente em situação de insolvência.

a) Informação sobre as quantias escrituradas e movimentos no período decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial

A participada tem registado resultados líquidos insuficientes sem que outras alterações no seu capital próprio se tenham verificado a ponto de o mesmo se tornar positivo, pelo que não se verificaram quaisquer movimentos no período decorrentes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, mantendo-se a participação com valor nulo.

9. Inventários

9.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o preço de compra, o transporte e outros gastos diretamente atribuíveis à respetiva aquisição. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para realizar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”. Os inventários são mensurados ao custo médio de aquisição.

9.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas; Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período; Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período

Descrição	2018			2017		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	129,76	47.242,25	47.372,01	853,64	42.771,96	43.625,60
Compras	2.268,25	3.936,96	6.205,21	1.210,67	19.497,38	20.708,05
Reclassificação e regularização de Inventários						
Inventários finais	214,75	36.389,83	36.604,58	129,76	47.242,25	47.372,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2.383,26	14.789,38	16.972,64	1.934,55	15.027,09	16.961,64
Outra informação relativa a mercadorias, matérias primas, subsidiárias e de consumo:						
Ajustamentos/ perdas por imparidade do período em inventários						
Ajustamentos/ perdas por imparidade acumuladas em inventários						
Reversão de ajustamentos/ perdas por imparidade do período em inventários negociantes)						
Inventários dados como penhor de garantia a passivos						
Mercadorias em trânsito						
Adiantamentos por conta de compras						
Quantias (líquidas) escrituradas de Inventários	214,75	36.389,83	36.604,58	129,76	47.242,25	47.372,01

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna uma parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

10.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

a) Clientes

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Durante os exercícios de 2018 e 2017 foram registadas as seguintes perdas e reversões de imparidade:

Descrição	2018			2017		
	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	TOTAL	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	TOTAL
Dívidas a receber de clientes	- 1.486,74		- 1.486,74	- 5.836,37		- 5.836,37
Outras dívidas a receber			-			-
TOTAL	- 1.486,74	-	- 1.486,74	- 5.836,37	-	- 5.836,37

H. Borges
[Handwritten signatures]

À data de relato financeiro o saldo de clientes totalizava 91.069,24€ (96.490,28€ em 2017) incluindo clientes de cobrança duvidosa que apresentam os seguintes montantes:

Descrição	Valor
Em mora:	
Há menos de seis meses	
Há mais de seis meses e até doze meses	
Há mais de doze meses e até dezoito meses	
Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses	
Há mais de vinte e quatro meses	288.020,59
Perdas por imparidade acumuladas	- 288.020,59
TOTAL	-

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e de depósitos à ordem e a prazo registados pelo seu valor nominal, conforme se apresenta:

Descrição	2018	2017
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	684,91	1.386,18
Depósitos Bancários	2.354,33	24.618,28
Outros Depósitos Bancários		
Total	3.039,24	26.004,46

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

À data de relato financeiro o saldo de fornecedores totalizava 126.507,53€ (129.321,36€ em 2017).

d) Decomposição dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 os instrumentos financeiros apresentavam, resumidamente, a seguinte decomposição:

Descrição	2018				2017		
	Justo Valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidades acumuladas	Justo Valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Imparidades acumuladas
Activos Financeiros:	1.251,60	2.142.228,77	-	286.533,85	997,01	2.505.367,92	286.533,85
Clientes		91.069,24		286.533,85		383.024,13	286.533,85
Outros créditos a receber		2.051.159,53				2.122.343,79	
Outros investimentos financeiros	1.251,60				997,01		
Passivos Financeiros:	-	2.305.507,16	-	-	-	2.430.896,33	-
Fornecedores		126.507,53				129.321,36	
Financiamentos obtidos		1.659.697,99				1.813.930,00	
Outras dívidas a pagar		519.301,64				487.644,97	

e) Outros Investimentos Financeiros

Os montantes incluídos na rubrica de “outros investimentos financeiros” respeitam ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) criado pela Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto e mensurado ao justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados na rubrica de “aumentos/ reduções de justo valor”.

Para valorização considerou-se o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo assumindo-o como referencial prático para o efeito, à data de 31/12/2018:

Descrição	Entregas FCT	Valor Unitário do Fundo a 31/12/2018	Valorização FCT
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) até 31/12/2018	1.173,37	1,05239	1.251,60
TOTAL	1.173,37		1.251,60

À data de relato financeiro a rubrica de “aumentos/reduções de justo valor” apresentava, resumidamente, a seguinte decomposição:

Descrição	2018		2017	
	Perdas por Redução do Justo Valor	Ganhos por Aumento do Justo Valor	Perdas por Redução do Justo Valor	Ganhos por Aumento do Justo Valor
Outro Investimentos Financeiros:				
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)		11,83		49,24
Total		11,83		49,24

Considerando que a quantia da eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT só é considerada gasto/ rendimento para efeitos tributários no momento do reembolso à entidade empregadora, há lugar ao reconhecimento de impostos diferidos que à data de relato financeiro apresentavam a seguinte decomposição:

Mariño Cabral
Nif: 219643825
Toc: n.º 87693

M. Borges

R. H. H.

	2018	2017
Aumento de justo valor	11,83	49,24
Redução de justo valor		
	11,83	49,24
Passivo por Impostos diferidos	- 1,99	- 8,27
Ativo por Impostos diferidos		

f) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo custo. O valor dos empréstimos contraídos e reconhecidos à data do balanço era o que se apresenta:

Descrição	Valor atual do empréstimo		Custos de empréstimos obtidos anuais	Dos quais Juros Suportados
	Corrente	Não Corrente		
Empréstimos genéricos:				
Instituições de crédito e sociedades financeiras	1.535.217,26	124.480,76	94.909,86	78.231,34
Mercado de valores mobiliários				
Participantes de capital:				
Empresa-mãe - suprimentos e outros mútuos				
Outros participantes - suprimentos e outros mútuos				
Dos quais: Empresas participantes				
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos				
TOTAL	1.659.698,02		94.909,86	78.231,34
Dos quais: não residentes				

Os movimentos registados no exercício relacionados com o reforço e/ou amortização de financiamentos obtidos foram os que, resumidamente, se apresentam:

Descrição	Quantia escriturada inicial	Reforços	Amortizações	Quantia escriturada final
Contas Correntes Caucionadas:				
Santander Totta	248.500,00	11.500,00	10.000,00	250.000,00
Novo Banco dos Açores, S.A.	426.100,00	182.692,61	121.000,00	487.792,61
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	580.000,00			580.000,00
Empréstimos ao Investimento:				
BANIE, S.A.	96.250,05		9.166,66	87.083,39
Caixa Económica Montepio Geral, S.A.	283.042,28		70.461,13	212.581,15
Santander Totta	33.261,73		9.168,47	24.093,26
NB Açores n.º 2371	146.775,94		128.628,36	18.147,58
Total	1.813.930,00	194.192,61	210.627,79	1.659.697,99

De acordo com a Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal com referência a 31 de dezembro de 2017 o valor das garantias prestadas, por instituição bancária era de:

= Caixa Económica Montepio Geral, S.A. (Outras Garantias) 50.000,00€

10.3 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

Em 31 de dezembro de 2018 o capital da entidade, totalmente subscrito e realizado, no valor de 50.000,00€ era composto por cinquenta mil ações ordinárias com o valor nominal de um euro cada.

1) Reserva Legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual positivo tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que a mesma represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2018 a reserva legal ascendia a 2.776,34€ (2.776,34€ em 2017).

11. Custos dos Empréstimos Obtidos

11.1. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos, apurados de acordo com a taxa de juro efetiva, são reconhecidos como gasto na demonstração de resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

11.2. Quantia de custos de empréstimos obtidos anual suportada

No período de relato financeiro os custos anuais suportados com financiamentos obtidos, reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam na rubrica “Juros e gastos similares suportados” de acordo com o pressuposto do acréscimo, foram os que se apresentam:

Marina Calvini
Nif: 26643825
Toc: n° 87693

AM
Borges

RH
[Handwritten signature]

Descrição	2018	2017
Juros Suportados	78.231,34	78.006,89
Outros Gastos de Financiamento	16.678,52	18.286,81
Total	94.909,86	96.293,70

12. Locações

12.1. Locações financeiras

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo.

À data do relato financeiro, a quantia escriturada líquida de cada categoria de ativo adquirido em regime de locação decompõe-se da seguinte forma:

Quantia escriturada	Activos Fixos Tangíveis
Quantia bruta escriturada inicial	11.040,13
Depreciações acumuladas	8.280,12
Perdas por imparidades e reversões	
Quantia líquida escriturada final	2.760,01

b) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente para cada um dos seguintes períodos:

	Pagamentos futuros	Activos Intangíveis	Activos Fixos Tangíveis	Total
5	Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço:			
5	Até um ano			
5	De um a cinco anos			
5	Mais de cinco anos			
6	Valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos da locação:			
6	Até um ano			
6	De um a cinco anos			
6	Mais de cinco anos			
7	Rendas contingentes reconhecidas como gasto do período			
8	Total dos futuros recebimentos mínimos de sublocação à data do balanço			
9	Valor dos pagamentos reconhecidos como gastos do período			

c) Responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade.

Em 31 de dezembro de 2018 não há relativas a locações financeiras.

13. Rédito

13.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade, não incluindo impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato financeiro.

Os restantes rendimentos são registados de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

13.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período.

O rédito reconhecido pela entidade nos exercícios de 2018 e 2017 detalha-se como se apresenta:

Rubricas	2018	2017
Vendas		
Água	330.292,99	312.269,66
Valorização Resíduos		2.704,27
Artigos Posto Turismo	2.670,01	34.085,04
Diversos	1.144,23	1.846,15
Serviços		
Resíduos Sólidos	120.519,83	114.169,06
Tarifa Disponibilidade	93.277,84	87.012,69
Deposição Resíduos		42.683,97
Outros Serviços	16.775,51	15.511,05
TOTAL	564.680,41	610.281,89

14. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

14.1. Passivos contingentes à data do Balanço

No decurso do exercício de 2014 a entidade tornou público, de harmonia com a deliberação do Conselho de Administração, que iria proceder à alienação e arrematação em Hasta Pública da participação social,

AM
Borges

RH
D
J

correspondente a 49%, de que é titular na empresa Gedernor – Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos do Nordeste, S.A.

Em 28 de janeiro de 2015 a Gedernor – Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos do Nordeste, S.A. apresenta a sentença de declaração de insolvência e nomeia o administrador judicial no processo de insolvência. Contudo, por decisão do Conselho de Administração, tendo por base o seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como a experiência adquirida até então, no exercício de 2014 não foram considerados créditos de cobrança duvidosa.

Em 2015 os saldos da Gedernor, S.A., cliente c/c (280.637,86€) foram considerados de cobrança duvidosa, tendo sido reconhecida a respetiva imparidade a 100% através de resultados transitados, de acordo com a decisão do Conselho de Administração.

15. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

15.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando haja segurança de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas e os mesmos serão, efetivamente, recebidos.

Os subsídios do Governo são reconhecidos como rendimentos numa base sistemática durante o período necessário para serem “balanceados” com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis são, inicialmente, contabilizados no capital próprio. Subsequentemente, os subsídios relacionados com ativos depreciables são imputados como rendimentos durante a vida do ativo, os subsídios relacionados com ativos não depreciables são mantidos no capital próprio, a menos que se reconheça uma perda por imparidade do ativo, sendo, neste caso, transferidos para rendimentos pela parcela necessária para compensar a perda por imparidade.

A contabilização dos subsídios do Governo no capital próprio implica o reconhecimento de um ajustamento em subsídios, no montante correspondente ao imposto a que estarão sujeitos quando reconhecido o rendimento, evitando, desta forma, uma distorção do capital próprio. Este ajustamento é debitado diretamente no capital próprio por contrapartida de uma conta de credores diversos, conforme entendimento da Comissão de Normalização Contabilística, de abril de 2013. Assim sendo, à data de 31 de dezembro de 2018 e de 31 de dezembro de 2017 a entidade apresentava os seguintes montantes de subsídios ao investimento e respetivo ajustamento:

	2018	2017
Subsídios ao Investimento	2.235.721,74	2.288.575,09
Ajustamentos em Subsídios	- 375.601,25	- 384.480,69
Total de "Outras variações no capital próprio"	1.860.120,49	1.904.094,40

De acordo com a redação da Lei n.º 82 B/2014, de 31 de dezembro, a taxa de IRC passa a ser de 21% com uma redução de 20% aplicável à RAA e prevista no artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A que altera o Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro. Desta forma, os ajustamentos em subsídios foram reconhecidos à taxa de 16,80%, aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015.

15.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente a entidade beneficiou.

A entidade tem vindo a beneficiar de subsídios atribuídos ao abrigo do Proconvergência que são reconhecidos nas demonstrações financeiras com o detalhe que se apresenta:

Descrição		Subsídios do Estado e outros entes públicos	
		Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
1	Subsídios relacionadas com activos/ao investimento (1=1.1+1.2+1.3)	2.282.463,90	46.742,16
1,1	Activos fixos tangíveis (1.1=1.1.1+1.1.2+...+1.1.7)	2.282.463,90	46.742,16
1.1.1	Terrenos e recursos naturais	25.500,00	
1.1.2	Edifícios e outras construções	2.093.179,09	19.091,11
1.1.3	Equipamento básico	133.836,07	17.667,96
1.1.4	Equipamento de transporte	29.948,74	9.983,09
1.1.5	Equipamento administrativo		
1.1.6	Equipamentos biológicos		
1.1.7	Outros		
2	Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração		185.341,25
3	Valor dos reembolsos no período respeitantes a: (3=3.1+3.2)		
3,1	Subsídios relacionados com activos ao investimento		
3,2	Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração		
4	TOTAL (4=1+2+3)	2.282.463,90	232.083,41

Foi registado no exercício de 2018 um subsídio à exploração no valor de 185.341,25€, concedido pelo Município de Nordeste, para a cobertura do prejuízo contabilístico do exercício em análise, o mesmo será disponibilizado no exercício de 2019.

Marina Cabral
Nif: 20943825
Tic: 100000000
Loc: n.º 87693

M. Borges
H
H
H
H

16. Acontecimentos após a Data do Balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 6 de março de 2019.

Após a data do balanço não houve acontecimento de eventos ocorridos que afetassem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

17. Imposto sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da entidade dos anos de 2015 a 2018 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da entidade entende que as correções resultantes de eventuais revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas.

A entidade é tributada através do regime geral de tributação sendo a estimativa de imposto sobre o rendimento registada nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais. À data de relato a taxa de imposto é aplicada de acordo com o artigo 87.º do CIRC, com uma redução de 20% de acordo com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A, de 29 de janeiro, que altera o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro, portanto, uma taxa de 16,8% considerando que a entidade não é qualificada como pequena ou média empresa, nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/207, de 6 de novembro.

17.1. Divulgação separada dos principais componentes de gasto (rendimentos) de impostos.

O gasto de imposto (rendimento de imposto) é a quantia agregada incluída na determinação do resultado líquido do período respeitante a impostos correntes e impostos diferidos sendo que, impostos correntes dizem respeito à quantia a pagar (a recuperar) de impostos sobre o rendimento respeitantes ao lucro (perda) tributável de um período, e impostos diferidos dizem respeito à quantia decorrente da existência de diferenças entre a quantia escriturada de um ativo ou de um passivo no balanço e a sua base de tributação.

Descrição	Valor
Resultado contabilístico do período	-
Imposto corrente do período	1.756,87
Coleta	1.562,58
Tributações autónomas	54,77
Derrama	139,52
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	1,99
Imposto sobre o rendimento do período	1.758,86
Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento	

17.2. Relacionamento entre gasto (rendimentos) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e o imposto sobre o rendimento registado na demonstração dos resultados é como segue:

Resultado contabilístico do período	
Diferenças permanentes:	9.301,10
Diferenças temporárias:	
Resultado fiscal (a)	9.301,10
Dedução de Prejuízos (b)	
Matéria coletável (c)	9.301,10
Coleta (d)	1.562,58
Impostos Diferidos (e)	1,99
Tributação Autónoma (f)	54,77
Derrama (g)	139,52
Imposto registado na demonstração de resultados	1.758,86

O resultado fiscal é o resultado de um período determinado de acordo com as regras estabelecidas pelas autoridades fiscais sobre o qual são pagos impostos sobre o rendimento:

mBrays
KH
[Signature]
[Signature]

(a)

Resultado contabilístico do período	-
Diferenças permanentes:	9.301,10
Diferenças temporárias:	
Resultado Fiscal	9.301,10

De acordo com o art.º 52.º do CIRC a entidade pode deduzir ao lucro tributável os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores, dedução que não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável:

(b)

Prejuízos Fiscais dedutíveis	-
Resultado Fiscal	9.301,10
70% do Resultado Fiscal	6.510,77
Prejuízos Fiscais deduzidos	-
Matéria coletável	9.301,10

Quando haja prejuízos fiscais dedutíveis, a matéria coletável resulta da dedução de prejuízos fiscais ao resultado tributável:

(c)

Resultado Fiscal	9.301,10
Prejuízos Fiscais deduzidos	-
Matéria Coletável	9.301,10

A coleta corresponde ao resultado do produto da taxa de imposto aplicável pela matéria coletável apurada.

(d)

$0 * 0,21 * 0,80$	1.562,58
Coleta apurada	1.562,58

A aplicação do justo valor ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica o reconhecimento de impostos diferidos uma vez que a quantia da eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT só é considerada rendimento para efeitos tributários no momento do reembolso à entidade:

(e)

Ganhos por Aumentos de Justo Valor reconhecidos no exercício	11,83
Perdas por Redução de Justo Valor reconhecidos no exercício	
Taxa nominal de imposto	16,80%
	1,99

As tributações autónomas têm a seguinte decomposição:

(f)

Despesas Representação	60,90
Taxa de tributação autónoma	0,08
Gastos com Viat.Lig. Passageiros superior a €25.000,00 inferior a €35.000,00	226,79
Taxa de tributação autónoma	0,22
Despesas não documentadas	-
Taxa de tributação autónoma	0,48
	54,77

A entidade está também sujeita e não isenta ao imposto da Derrama de 1.5%, aplicável a sujeitos passivos sediados no concelho de Nordeste e com um volume de negócios superior a €150.000,00, incidindo sobre o lucro tributável apurado no exercício:

(g)

Resultado tributável do período	9.301,10
Taxa de derrama	1,50%
	139,52

Os impostos diferidos ativos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias. Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos pela entidade aquando do apuramento de prejuízos fiscais por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros, suficientes para a sua utilização.

Handwritten signatures and initials:
JH
Borges
[Signature]
[Signature]

18. Benefícios dos Empregados

O número médio de pessoas ao serviço da entidade no decorrer do exercício e as respetivas horas trabalhadas no ano de 2018 foram as que se apresentam:

Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas	19	31.920
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	19	31.920
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa		
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário		
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	19	31.920
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	19	31.920
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:		
Homens	15	25.200
Mulheres	4	6.720
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:		
Pessoas ao serviço da empresa, afectas à investigação e desenvolvimento		
Prestadores de serviços		
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário		

Os gastos com pessoal nos exercícios de 2018 e 2017 repartem-se de acordo com as seguintes rubricas:

Descrição	2018	2017
Gastos com pessoal	298.404,85	347.588,63
Remunerações dos órgãos sociais		33.616,39
Das quais: participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	238.544,55	245.827,24
Das quais: participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	49.469,89	57.830,11
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.416,16	4.105,17
Gastos de acção social	7.546,47	5.728,38
Outros gastos com pessoal	1.427,78	481,34
Dos quais:		
Gastos com formação		290,00
Gastos com fardamento	1.427,78	177,29

19. Outras Informações

19.1. A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados.

A administração propõe que o resultado líquido negativo no valor de 185.421,02€ seja transferido para a rubrica de resultados transitados.

19.2 Outras divulgações (divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados).

a) Outros Créditos a Receber e outras dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 as rubricas de “Outros créditos a receber” e de “Outras dívidas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

Handwritten signatures and initials:
CM
Borges
RA
JF

	2018	2017
Outros créditos a receber	2.051.159,53	2.122.343,79
Fornecedores C/C	923,00	101,08
Fornecedores de investimentos		
Devedores diversos	2.050.236,53	2.122.242,71
Outras dívidas a pagar	519.301,64	487.644,97
Fornecedores de investimentos	81.254,53	45.581,00
Credores diversos	382.186,24	386.959,13
Credores por acréscimos de gastos	55.836,12	55.068,24
Pessoal	24,75	36,60

b) Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 as rubricas “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2018	2017
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	- 277,87	- 1.337,90
Pagamento por Conta	831,00	681,00
Pagamento Especial por Conta	648,00	178,00
Estimativa de imposto	- 1.756,87	- 2.196,90
Retenção na fonte por terceiros		
Retenção na fonte a terceiros	- 693,11	- 1.045,00
Imposto sobre o valor acrescentado	16.775,98	14.116,50
Contribuições para a Segurança Social	- 5.145,36	- 5.105,01
Contribuições para o FCT	- 2,01	- 2,31
TOTAL ATIVO	16.775,98	14.975,50
TOTAL PASSIVO	- 6.118,35	- 8.349,22

À data de relato financeiro a entidade tinha a sua situação tributária e situação contributiva regularizadas.

c) Diferimentos Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 as rubricas do ativo e passivo correntes “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2018	2017
Gastos a reconhecer	1.855,79	1.751,36
Seguros antecipados	311,16	492,07
Outros	1.544,63	1.259,29
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros	-	-

d) Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 as rubricas de fornecimentos e serviços externos apresentavam a seguinte decomposição:

Município de ...
N.º: 27643825
Tel: n.º 87693

A. Borges
R.H.
M.
A.
A.

Rubrica	2018	2017
Subcontratos	52.870,21	47.013,79
	155.080,37	98.676,10
Trabalhos Especializados	67.952,25	31.637,66
Publicidade e Propaganda	160,48	15.886,10
Vigilância e Segurança		5.400,00
Honorários	40.841,16	7.670,00
Conservação e Reparação	38.547,95	24.406,43
Serviços Bancários	530,10	901,62
Outros Serviços Especializados	1.057,50	6.278,99
Taxas ERSARA	5.990,93	6.495,30
	3.372,93	5.353,55
Ferramentas e utensílios Desgaste Rápido	140,77	1.202,85
Material de Escritório	3.232,16	3.808,50
Artigos para Oferta		50,00
Outros Materiais		292,20
	42.573,38	33.900,74
Electricidade	9.072,50	9.761,04
Combustíveis	33.484,02	24.139,70
Gás	16,86	
	319,71	2.792,04
Deslocações e Estadas	319,71	2.792,04
	18.588,85	38.080,28
Rendas e Alugueres	705,50	15.404,24
Comunicação	10.308,03	9.217,11
Seguros	4.552,79	5.635,34
Contencioso e Notariado	2.131,00	540,00
Despesas de Representação	60,90	446,80
Limpeza, Higiene e Conforto	445,92	650,11
Outros	157,92	5.209,04
Outros Serviços	226,79	977,64
TOTAL	272.805,45	225.816,50

e) Outros rendimentos

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 apresenta-se como se segue:

Rubrica	2018	2017
Rendimentos suplementares	9.898,82	13.501,02
Rendimentos em invest. não financeiros		6.257,36
Correções relativas a períodos anteriores	7.084,54	12.420,43
Imputação de subsídios p/Investimento	46.742,16	1.835.684,50
Outros não especificados		39,19
TOTAL	63.725,52	1.867.902,50

f) Outros gastos

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 apresenta-se como se segue:

Rubrica	2018	2017
Impostos indiretos	698,00	2.644,54
Taxas	1.378,49	60,00
Gastos em Inv. não Financeiros		1.794.752,08
Correções relativas a períodos anteriores	7.805,91	5.532,18
Quotizações		5,00
Encargos não devidamente documentados		0,76
Despesas não documentadas		15,09
Juros Mora	20,28	117,66
Indemnização em danos patrimoniais		500,00
Outros não especificados		1,13
Gastos não aceites fiscalmente		232,38
TOTAL	9.902,68	1.803.860,82

g) Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados dizem respeito a juros de financiamentos obtidos que, nos exercícios de 2018 e 2017, ascenderam a 94.909,86€ e 96.293,70€, respetivamente.

g) Capital Próprio

Marina Cabral
Nif: 29243825
Toc: 187693

AM
RUI
Briga

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Capital	50.000,00			50.000,00
Reservas	2.776,34	-	-	2.776,34
Reservas legais	2.776,34			2.776,34
Outras reservas				-
Resultados transitados	- 410.849,58	2.205,17		- 413.054,75
Ajustamentos em activos financeiros	- 24.500,00			- 24.500,00
Outras variações no capital próprio	1.904.094,40	44.770,27	796,36	1.860.120,49
Subsídios	1.904.094,40	44.770,27	796,36	1.860.120,49
Resultado líquido do período	- 2.205,17	185.421,02	2.205,17	- 185.421,02
Total	1.519.315,99	232.396,46	3.001,53	1.289.921,06

20. Divulgações adicionais para as Entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2º e o n.º 4 do artigo 9º, ambos do Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho

20.1 O volume de negócios líquido discriminado por categorias de atividade e mercados geográficos, na medida em que essas categorias e mercados difiram entre si de forma considerável, tendo em conta as condições em que a venda de produtos e a prestação de serviços são organizadas.

a) Informação por Atividades Económicas

A entidade encontra-se registada na Classificação das Atividades Económicas Rev.3 com os códigos 36001 – Captação e Tratamento de Água, como atividade principal, 38112 – Recolha de Outros Resíduos não Perigosos, 84123 – Administração Pública Atividades de Cultura, Desporto, Recreativas, Ambiente, Habitação e de Outras Atividades Sociais, exceto Segurança Social obrigatória e 93294 – Outras Atividades de Diversão e Recreativas, discriminando-se a atividade económica de 201 por CAE conforme se apresenta:

	Descrição	CAE Rev. 36001	CAE Rev. 38112	CAE Rev. 84123/ 93294	Total
1	Vendas	330.292,99	-	3.814,24	334.107,23
1,1	Mercadorias	330.292,99	-	3.814,24	334.107,23
2	Prestações de serviços	103.785,55	125.917,43	870,20	230.573,18
3	Compras	3.936,96	-	2.268,25	6.205,21
4	Fornecimentos e serviços externos	140.099,51	129.822,64	2.883,30	272.805,45
5	CMVMC	14.789,38	-	2.183,26	16.972,64
5,1	Mercadorias	-	-	2.183,26	2.183,26
5,2	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	14.789,38	-	-	14.789,38
7	Número médio de pessoas ao serviço	8,00	5,00	6,00	19,00
8	Gastos com o pessoal	174.435,98	101.518,99	22.449,88	298.404,85
8,1	Remunerações	139.006,00	80.626,24	18.912,31	238.544,55
8,2	Outros (inclui pensões)	35.429,98	20.892,75	3.537,57	59.860,30
9	Activos fixos tangíveis:				-
9,1	Quantia escriturada líquida final	761.185,25	198.139,81	207.211,57	1.166.536,63
9,2	Total de aquisições	22.596,15	-	-	22.596,15
9,3	Das quais: em edifícios o outras construções			-	-
9,4	Adições no período de ativos em curso	31.500,00	-	-	31.500,00
10	Propriedades de investimento:				-
10	Quantia escriturada líquida final				-
10	Total de aquisições				-
10	Das quais: em edifícios o outras construções				-
10	Adições no período de propriedades de investimentos em curso				

b) Informação por Mercados Geográficos

	Descrição	Interno	Comunitário	Extracomunitário
1	Vendas	334.107,23		
2	Prestações de serviços	230.573,18		
3	Compras	6.205,21		
4	Fornecimentos e serviços externos	272.805,45		
5	Aquisições de activos fixos tangíveis	54.096,15		
6	Aquisições de propriedades de investimento			
7	Aquisições de activos intangíveis			
8	Rendimentos suplementares	13.501,02		
8,5	Outros	13.501,02		
9	Por memória: Vendas e prestações de serviço (valores não descontados)			
10	Por memória: Compras e FSE (valores não descontados)			

3.2. Os honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das demonstrações financeiras anuais, e os honorários totais faturados por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, a título de serviços de consultoria

Marina Cabral
Nif: 229643825
Toc: n° 87693

fiscal e de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria, ou indicação de que essa informação se encontra incluída nas notas do Anexo consolidado da sua empresa-mãe.

a) Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 4.774,28€.

A Contabilista Certificada

Marina Cabral
Nif: 229643825
Toc: n° 87693

Marina Viveiros Cabral
N.I.F. 229 643 825
Membro OCC 87693

O Conselho de Administração

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da NORDESTE ATIVO E.M., S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 3.785.211 euros e um total de capital próprio de 1.473.583 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.759 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da NORDESTE ATIVO E.M., S.A. em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 07 de Março de 2019



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

**PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE O RELATÓRIO DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018**

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da NORDESTE ATIVO E.M., S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 3.785.211 euros e um total de capital próprio de 1.473.583 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.759 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da NORDESTE ATIVO E.M., S.A. em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 07 de Março de 2019



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)